



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

TANIA PAULA PERALTA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS:
UM OLHAR NA CONTEMPORANEIDADE**

LONDRINA
2009

TANIA PAULA PERALTA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS:
UM OLHAR NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof^a Ms. Marta Regina Furlan
de Oliveira

LONDRINA
2009

TANIA PAULA PERALTA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ENSINO
FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS:
UM OLHAR NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Ms. Beatriz Moreno
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Ms. Cristina Mendonça
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____ de _____ de ____.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as crianças que graças à presença delas em minha vida senti o desejo de escrever sobre um tema tão relacionado a elas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me fortalecer a cada dia nesta jornada.

Aos meus pais e ao meu irmão pelo apoio e paciência que tiveram.

Às minhas queridas amigas Márcia, Marisa e Sarah que estiveram ao meu lado durante esse curso e que continuarão presentes em minha vida.

À professora e amiga Michele que contribuiu com a entrevista enriquecendo o teor da pesquisa.

À minha orientadora Marta Regina Furlan de Oliveira que tanto me ajudou orientando-me no desenvolvimento e produção escrita da pesquisa;

Aos professores que estiveram presentes nesses anos no curso e, a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para tal objetivo.

PERALTA, Tania Paula. **Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental de Nove Anos**: Um Olhar na Contemporaneidade. 2009. 55 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Esta pesquisa teve como propósito analisar a Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental de Nove Anos, tecendo um olhar específico a partir do Projeto Oficial do Ministério da Educação, em que traz contribuições para esse campo de aprendizagem. Nesse intuito, em primeiro momento, questionou-se: Como vem sendo configurado o processo de alfabetização e letramento a partir do projeto em que define o ensino fundamental de nove anos? Quais implicações para a aprendizagem e desenvolvimento de crianças entre 5 e 6 anos? Como professores que atuam em salas alfabetizadoras têm reagido a essa nova proposta? Para melhor compreendermos a alfabetização e o letramento abordaremos um histórico sobre a infância e a alfabetização que nos dará subsídios para entender melhor esses processos levando em conta o quanto são importantes para a vida e o desenvolvimento de uma criança, e assim traremos a contribuição de alguns autores - Carvalho, Soares, Ferreiro, Teberosky e outros - de como proporcionar um processo de letramento e alfabetização em que as crianças possam ser sujeitos participantes dos mesmos, com suas leituras de mundo, expressões subjetivas e criativas. Para tanto, a metodologia parte de um estudo teórico nos autores supracitados articulado ao estudo de caso, com análise de uma entrevista a partir de um questionário com uma professora que atua no primeiro ano do ensino fundamental de nove, e com base nas discussões atuais a partir do projeto oficial do Ministério da educação.

Palavras-chave: Infância. Desenvolvimento. Alfabetização. Letramento. Ensino Fundamental.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 INFÂNCIA, DESENVOLVIMENTO E ALFABETIZAÇÃO: UM ESTUDO TEÓRICO	5
2.1 CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO.....	6
2.2 ALFABETIZAÇÃO E SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS A PARTIR DO SÉCULO XVIII: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	13
3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE	22
3.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ESCRITA INFANTIL: UMA LEITURA DE MUNDO.....	29
4 ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS	37
4.1 ALFABETIZAR E LETRAR: UM ESTUDO A PARTIR DO NOVO PROJETO OFICIAL.....	39
4.2 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO EM UMA ESCOLA PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	43
4.2.1 Coleta de Dados da Entrevista Semi-Estruturada.....	44
4.2.2 Análise dos dados.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	55
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	01
APÊNDICE B – Roteiro de questões para entrevista semi-estrutura.....	04

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui se propõe estudar – Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental de Nove Anos – originou-se do grande interesse particular enquanto acadêmica do Curso de Pedagogia. Entretanto, o tema embora já venha sendo bastante discutido por autores diversos, teve-se algumas questões que se fizeram inquietantes, quanto a partir das novas abordagens com o ensino fundamental de nove anos. Além disso, o próprio termo letramento provocou tal inquietação quando se tornou bastante utilizado por professores nos últimos anos.

Desse modo, a trajetória de estudo e definição acerca do tema que hoje se propõe nesse trabalho, se fez bastante significativa e processual. A idéia inicial era bem ampla e sincrética, e aos poucos foi se delimitando, em primeira instância com o projeto de pesquisa, e em outros momentos, com o levantamento bibliográfico, leituras de vários autores, leitura dos documentos oficiais, até a possibilidade de uma produção escrita mais sintética e definida. Eis então o estudo que se propôs nesse trabalho de conclusão de curso.

Esse propósito geral da pesquisa é expressão do questionamento que se fez durante todo o desenvolvimento da pesquisa: Como vem sendo configurado o processo de alfabetização e letramento a partir do projeto em que define o ensino fundamental de nove anos? Quais implicações para a aprendizagem e desenvolvimento de crianças entre 5 e 6 anos? Como professores que atuam em salas alfabetizadoras têm reagido a essa nova proposta?

A opção pela pesquisa de natureza qualitativa descritiva consiste numa expansão do estudo teórico sobre o tema que trata da Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental de Nove Anos.

Deste modo, a pesquisa orienta-se para um estudo teórico e prático, com o propósito de refletir, analisar e buscar encaminhamentos que permitam compreender o significado social da Alfabetização e Letramento na Contemporaneidade e em específico, a partir do projeto oficial.

Para tanto, o estudo teórico consiste em uma pesquisa bibliográfica a partir de leituras de autores como: Soares, Carvalho, Ferreiro, Teberosky, Mello. Ainda, para uma análise mais crítica e precisa são válidas as indicações para o estudo do

século XX e XXI, as notáveis referências sobre o assunto que são os documentos oficiais do Ministério da Educação.

Nesse sentido, a intenção foi desenvolver a pesquisa a partir de um estudo teórico bibliográfico e um estudo de caso, com a finalidade de desenvolver reflexões e, ainda, analisar como vem sendo constituído o processo de aprendizagem e desenvolvimento do mundo escrito nas salas do primeiro ano do ensino fundamental de nove. Para isso, contou-se com questões previamente pensadas e elaboradas para entrevistas com os professores que atuam nessas salas do primeiro ano.

Na situação específica vivida nos dias atuais pela educação, a contribuição dos fundamentos teórico-metodológicos do materialismo histórico, permite um repensar dos papéis vividos por educadores e crianças nos processos de ensino, orientando “o agir de adultos e crianças na escola infantil e para a instalação de práticas que possibilitem o máximo desenvolvimento humano a todas as crianças” (MELLO, 2006 p. 3).

A opção pelo estudo de caso se fez por acreditar para este momento de investigação, que é o mais relevante para esse tipo de análise, uma vez que os resultados são válidos só para o caso que se estuda, sem intenção de generalizar tais informações. Ainda, o estudo de caso fornece o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada.

Esse estudo de caso foi desenvolvido sob a forma de pesquisa de natureza qualitativa descritiva que intenta captar não só a aparência do fenômeno (fato) como também sua essência (subjeto). Contudo, a pesquisa preocupou-se com a causa desse fenômeno, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforçou por intuir as conseqüências que haverá para a vida em sociedade.

Para tanto, como melhor compreensão desse estudo, descreve-se na seqüência das idéias desse texto o processo de seleção e caracterização dos elementos para a pesquisa qualitativa. Por isso, optou-se pelo estudo com sujeito, sendo um (a) professor (a) de uma instituição de ensino particular do município de Londrina.

Para o estudo optou-se em analisar o discurso do professor via entrevista semi-estruturada¹ com apresentação de um roteiro básico de questões abertas e fechadas, uma vez que esse roteiro não teve a intenção de ser aplicado rigidamente,

¹ O roteiro da entrevista está na última seção dessa pesquisa.

mas enquanto encaminhamentos necessários para atingir os objetivos e propósitos da pesquisa; permitindo, assim, que se fizessem as adaptações que se julgassem necessárias.

Em se tratando da estrutura didática do trabalho de pesquisa, esta se distribuiu em três momentos e ou seções, em que se relacionam e se entrecruzam no intuito de compreender melhor o objeto em estudo. A primeira seção trouxe importantes considerações sobre a infância, o desenvolvimento e a alfabetização, mostrando como os assuntos estão relacionados entre si. Em relação à infância buscou-se analisar acerca do significado da palavra e o que alguns autores apontam a respeito

A infância e suas definições se modificam conforme o tempo histórico e a organização social que estamos vivendo. No que tange ao desenvolvimento salienta-se que para que o mesmo ocorra de maneira significativa é necessário ter um ambiente favorável, repleto de estímulos que contribuam para a efetivação do mesmo, pois as vivências proporcionadas às crianças são fundamentais para o bom desenvolvimento, haja vista que o ambiente alfabetizador tem um papel importante nessa trama, visto que, o mesmo auxilia no processo de constituição da aprendizagem da criança.

O conceito de alfabetização também sofreu modificações ao longo da história e contaremos com o auxílio de importantes autores da área da alfabetização para compreendermos melhor essas mudanças, eles nos mostram como em cada época foi exigido um diferente nível em relação ao que seria estar alfabetizado.

Em se tratando também da alfabetização, na segunda seção, fez-se um breve levantamento histórico sobre a alfabetização e o letramento, trazendo conceitos que os diferenciam e ao mesmo tempo os completam. Mostrou-se que a alfabetização está mais ligada à aquisição da leitura e da escrita, enquanto o letramento é como diria Paulo Freire é “a leitura do mundo”. Eis a necessidade de a escola aproveitar todo o repertório lingüístico que a criança traz em favor da busca e da ampliação de seus conhecimentos, haja vista que a leitura, a comunicação e a escrita são importantes para as nossas vidas e estão presentes no cotidiano das pessoas, proporcionando assim uma aprendizagem significativa.

Analisou-se também acerca das fases da escrita em que uma criança passa até ser alfabetizada, tendo como referencial o livro “Psicogênese da língua escrita” de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky e, na seqüência apresentou-se alguns subsídios

de como pode se dar esse processo de construção da escrita, para que essas fases sejam significativas e para que a criança consiga perceber o valor social da escrita.

Já no terceiro e último momento – seção – foi discutido a respeito da nova proposta do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, analisando documentos oficiais e o que eles trazem sobre como deve ser essa nova etapa da educação básica. Alguns autores também foram analisados a fim de cercar as discussões para o foco da pesquisa. Contou-se também com as respostas de uma professora a partir da entrevista feita com uso de questionário previamente elaborado. O intuito fez-se na tentativa de compreender toda essa nova leitura acerca da alfabetização e letramento dentro dos espaços de educação básica.

O objetivo consistiu na busca de uma alternativa reflexiva sobre o objeto em estudo, uma vez que o processo de alfabetização e letramento deve superar o conceito mecânico e insuficiente de que seja mera aquisição da leitura e escrita. Contudo, estas considerações nos incentivam a análise teórica de maneira mais aprofundada sobre o tema em questão.

2 INFÂNCIA, DESENVOLVIMENTO E ALFABETIZAÇÃO: UM ESTUDO TEÓRICO

Esta seção procura discutir três aspectos que se relacionam e se completam: infância, desenvolvimento e alfabetização. Para que isso ocorra buscase como suporte contribuições teóricas em autores da área que discutem essas temáticas. Os autores podem assim ser nominados: Rocha, Kuhlmann, Fernandes, Furlan entre outros.

No decorrer deste capítulo será possível perceber as modificações nas concepções de infância, desenvolvimento e alfabetização ao longo da história da humanidade, uma vez que a história influencia no ideário de homem que a sociedade busca e, conseqüentemente como as crianças são educadas de acordo com as demandas da sociedade e as necessidades do tempo histórico em que vivem.

Sabe-se, que a educação escolar na história reflete às mudanças sociais mais amplas, sendo que o próprio processo de ensino e aprendizagem é alterado juntamente com o conceito de alfabetização² das crianças.

Para tanto, o exercício de análise na história do processo de alfabetização se faz necessário, uma vez que verificamos como a alfabetização sofreu modificações desde o século XVIII até os dias de hoje, e ainda, juntamente com essas alterações, as próprias abordagens teóricas que também sofrem mudanças e readequações nos conceitos e metodologias adequadas ao processo de ensino e aprendizagem inicial da educação básica.

Sendo a escola um agente muito importante no desenvolvimento social e cognitivo das crianças, acredita-se que é através dela que a criança poderá vivenciar experiências diversas e ter contato com os conhecimentos desenvolvidos historicamente pela sociedade. No entanto, a alfabetização é um dos objetivos iniciais e fundamentais na vida escolar, bem como para a formação social e cognitiva do sujeito.

Levando em conta a importância e relevância desses fatores, este capítulo ou sessão, divide-se em subseções a fim de melhor mapear o tema em estudo,

² Que deve ser encarado como um período muito importante no desenvolvimento do ser criança, por isso se faz necessário conhecer as abordagens teóricas e ter clareza das necessidades da criança em um momento tão importante do desenvolvimento da mesma.

pensando na necessidade de criar e elaborar conceitos cientificamente refletidos sobre o objeto de estudo, no caso a alfabetização e letramento.

2.1 CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO

Antes de iniciar qualquer estudo sobre o(s) conceito(s) de infância é pertinente esclarecer com base no dicionário e a partir de alguns autores o que vem a ser infância.

Segundo Kuhlmann e Fernandes (2004, p.21) o conceito de infância é “de origem latina, o *infans – que não fala – (...)* Na língua francesa, o *enfant* designa tanto o bebê quanto a criança de 12 anos e parece incorporar o subsequente período do puer”. Já Friedmann (2004, p.10) afirma que, “etimologicamente, infantia é a dificuldade ou incapacidade de falar; criança é o novo. A infância é símbolo de simplicidade natural, de espontaneidade”. E pensando a partir do significado no dicionário “infância é o *sf* primeiro período da existência humana, desde o nascimento até o início da puberdade”. [...] (ROCHA, 1996, p. 340)

Buscando respaldo teórico na literatura acerca do assunto, verifica-se que para diversos autores que discutem sobre a infância, este é o período que representa a fase em que o sujeito é criança, tendo como fatores a serem considerados: físicos e biológicos que vão desde o nascimento até a puberdade.

Entretanto, o olhar para a infância mediante sua concepção não somente como um dado biológico, mas também social se faz necessário, uma vez que conforme se alteram os aspectos históricos, políticos, culturais e educacionais a concepção de infância e de ser criança também é alterada. Para reforçar essa idéia a autora Sônia Kramer nos traz a seguinte contribuição “[...] A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim, a idéia de infância não existiu sempre da mesma maneira [...]”. (BRASIL, 2006 p.53)

Kuhlmann e Fernandes também fazem algumas considerações a respeito da infância e da criança em que nos auxiliam a compreender melhor como ocorre a construção da história da infância. Eles afirmam que:

Podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. (KUHLMANN e FERNANDES, 2004, p.15)

Essas afirmações fortalecem a idéia de que a história da infância é construída de acordo com a história que a sociedade está vivenciando, conforme as demandas dos sujeitos e do período. Por isso segundo os autores citados acima a história da infância procura analisar como foi à vida das crianças em cada lugar e tempo histórico.

A autora Sonia Kramer faz a seguinte consideração a respeito do surgimento da idéia de infância,

Em primeiro lugar, lembro que a idéia de infância surge no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. Sabemos que a idéia de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias que se formavam no interior da burguesia. (KRAMER, 2003, p. 87)

Kuhlmann e Fernandes fazem uma diferenciação entre infância e criança, no sentido de que infância se refere a um período de construção “de um sistema pessoal de comunicação, de signos e de sinais destinados a fazer-se ouvir” (2004, p.16). Já a palavra criança diz respeito ao indivíduo, enquanto sujeito que pertence a várias instituições, tais como: família, escola, igreja, etc.

Segundo Friedman (2004) a infância é uma fase muito importante de desenvolvimento na vida de uma pessoa. Tanto no que diz respeito ao desenvolvimento biológico, como o social. Para que ambos ocorram de maneira ideal, há alguns fatores que se fazem necessários.

No desenvolvimento social é de extrema importância compreender a criança como um ser que pensa, que é capaz; por isso se faz necessário respeitá-la e propiciar a mesma situações de interação que lhe ajudem a desenvolver-se enquanto pessoa e para que futuramente seja um cidadão responsável. É muito

importante também deixar que as crianças passem por esse período da forma mais natural possível, com brincadeiras, espontaneidade, ou seja, vivam essa fase com muito respeito, em um ambiente que favoreça um bom desenvolvimento social e biológico.

Para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, algumas considerações precisam ser levadas em conta, tais como:

[...] a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (BRASIL, 1998 vol.1, p.21)

Ou seja, a criança deve ser considerada enquanto sujeito ativo na sociedade, que possui uma história, que constrói e reconstrói história. Para tanto, o ambiente social deve ser estimulante e significativo em favor da aprendizagem e desenvolvimento da autonomia enquanto ser humano, uma vez que “[...] a extensão das capacidades ou das habilidades físicas de uma criança também pode ter um importante efeito indireto sobre o desenvolvimento cognitivo e social, influenciando a variedade de experiências que ela pode ter”. (BEE, 2003, p. 131)

Nesse sentido, sabe-se que as vivências que são proporcionadas à vida de uma criança são de extrema importância para o seu desenvolvimento. Dessa forma, acredita-se na necessidade de desenvolver um olhar compreensivo e valorativo pela criança, percebendo-a enquanto sujeito ativo do processo de construção do seu “eu”, mas não pode ser o único agente, ela precisa de pessoas que lhe propiciem ambientes adequados, estímulos, amor, proteção, respeito e assim a criança poderá ter a infância como uma fase de descobertas constantes, de construção, pois ter um bom desenvolvimento durante a infância é um fator que traz muitos benefícios para as outras fases da vida, principalmente ter experiências diversas na sua relação com o social, seja com outra pessoa (adulto, criança), seja com objetos diversos.

Por isso é necessário atentar-se para o fato de não conceber a criança como um ser incapaz, submisso, acrítico, passivo, que em sua fragilidade não pode pensar, resolver situações problematizadoras, expor suas opiniões, etc.

É mediante essas considerações a respeito do desenvolvimento infantil, que podemos apontar que o conceito de infância sofreu mudanças ao longo da história.

Da mesma forma, ao buscar a história da alfabetização, verifica-se que esta veio alterando conforme as mudanças sociais mais amplas. Assim, em cada contexto social e histórico em que se projetou um mundo do trabalho, da produção e da formação humana; tiveram-se modelos de educação, ou melhor, formas diferenciadas de pensar a educação e o ensino. Assim, desde as sociedades ocidentais era entendido que o saber ler e escrever poderia desencadear gestos culturais de foro íntimo e os da vida coletiva.

Chartier (1990, p.113) confirma que as “[...] novas modalidades da relação com a escrita constroem entre os séculos XVI ao XVIII uma esfera da intimidade, ao mesmo tempo retiro e refúgio para o indivíduo subtraído aos controles da comunidade [...]”.

Ao caracterizar os tempos históricos, vemos contribuições significativas sobre a alfabetização, uma vez que estava atrelada ao próprio conceito de infância, educação e sociedade. Desta maneira faremos algumas considerações sobre tempos históricos e a infância que nos levam a compreender melhor essas mudanças citadas anteriormente.

Na Idade Média, mais precisamente do início do século IX até o fim do século XVI (fim da Idade Média), foi a Escolástica a representante desse último período do pensamento cristão. “As matérias ensinadas nas escolas medievais eram representadas pelas chamadas artes liberais, divididas em trívio - gramática, retórica, dialética - e quadrívio - aritmética, geometria, astronomia, música” (MADJAROF, 2009).

Em relação a forma como as crianças eram tratadas neste período Furlan (2003 p. 14) faz algumas considerações:

Seguindo o clássico trabalho historiográfico de Ariès, é possível perceber que os atuais sentimentos de infância não existiam na cultura medieval. Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. De acordo com o autor, as crianças não eram nem queridas nem odiadas, nos termos nos quais esses sentimentos se expressam no presente.

Ainda sobre a maneira como as crianças eram vistas, Ariès (1981) afirma que, nesse período da história a criança era considerada um adulto em miniatura³, onde o objetivo da escola era tornar a criança bem educada. “Nos séculos XVI e XVII, os contemporâneos situavam os escolares no mesmo mundo picaresco dos soldados, criados, e, de modo geral, dos mendigos” (ARIÈS, 1981, p. 184).

Em se tratando, especificamente, no século XVIII, período em que ocorreu a Revolução Industrial devido à necessidade de trabalhadores nas fábricas as crianças de classe baixa passaram a ser mão-de-obra barata, assumindo longas jornadas de trabalho em funções exploradoras. E no outro extremo dessa mesma época iniciou-se um movimento de distinção da criança ao adulto, ou seja, um olhar diferenciado foi dado às crianças. Os pais passaram a ter preocupações com os filhos, que em outras épocas não tinham, se vendo “forçados a viver os papéis de educadores e teólogos e tiveram de se preocupar com a tarefa de fazer de seus filhos adultos instruídos e tementes a Deus”. (FURLAN, 2003, p. 35).

Devido às diversas modificações sociais que ocorriam nesse contexto histórico, afetou-se o âmbito econômico, religioso, social, a sociedade e, as famílias também sofreram mudanças e, conseqüentemente, a vida das crianças mudou, pois, os pais começaram a dar uma atenção maior a vida escolar das crianças, fazendo com que elas passassem mais tempo na escola.

Diante toda a complexidade da história social da infância e educação, verifica-se na contemporaneidade (século XX e XXI) o amadurecimento precoce de crianças em que cada vez mais são seduzidas ao fetiche do consumo. O mercado voltado para a infância torna as crianças cúmplices desse consumo, da realização imediata, através de roupas, produtos de beleza, entre outros, que fazem com que muitas crianças (principalmente as meninas) percam a identidade da infância e em troca estão adquirindo vestuários e hábitos de pessoas adultas.

Existem casos também de crianças que estão sendo obrigadas a amadurecer devido à condição social em que se encontram, tendo muitas vezes que assumir responsabilidades de adultos, como cuidar de irmãos mais novos, trabalhar para auxiliar ou garantir o sustento da família, tendo na maioria das vezes que deixar a escola e, principalmente perdendo toda a infância lúdica, se concentrando apenas

³ Esse olhar sobre a criança que existiu na Idade Média se faz ainda muitas vezes presente na contemporaneidade, o amadurecimento precoce que está tornando as crianças “adultas em miniaturas”.

nessas tarefas. Mas esse tipo de situação ocorre já há algum tempo em nossa sociedade. (FURLAN, 2003)

Levando em consideração todos os aspectos citados no desenvolvimento desse capítulo a respeito do desenvolvimento infantil e das mudanças ocorridas nas concepções do ser criança em nossa sociedade, percebemos que é de extrema importância proporcionar as crianças ambientes apropriados que sejam repletos de estímulos positivos, brinquedos e brincadeiras, diálogos, etc., é necessário desde a mais tenra idade oferecê-lhes um ambiente que favoreça a alfabetização. É necessário estar atento ao fato de que cada criança é um ser único, que possui necessidades diferentes, mas todas precisam de proteção e de um ambiente que favoreça o desenvolvimento das mesmas.

Dessa forma, as concepções de infância mudaram ao longo dos tempos, até nos depararmos com a realidade atual que é uma consequência de todo um processo de modificações do conceito de o que é ser criança.

Atualmente temos claramente a idéia do quanto é importante proporcionar às crianças uma infância plena, onde haja o respeito pelos direitos que as mesmas possuem, tais como: brincar, gozar da segurança de ter família, casa, escola, amigos, etc., enfim oportunizar as crianças uma infância feliz. E para assegurar esses direitos, os órgãos governamentais que são uns dos responsáveis pela garantia desses direitos criaram documentos que os discutem principalmente no âmbito educacional.

No referencial curricular nacional para a educação infantil (BRASIL, 1998, p.15), estão elencados os seguintes itens para assegurar a formação do cidadão:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Observamos que todas as considerações citadas acima são de extrema importância para o desenvolvimento infantil, onde todas as crianças têm esses direitos garantidos nos documentos legais, mas infelizmente está longe de fazer parte da nossa realidade a efetivação desses direitos para todas as crianças.

Apesar de toda a mudança no conceito de infância, observamos atualmente por conta das mudanças sociais a ausência da infância prazerosa, repleta de brincadeiras, diversão, etc., um dos motivos para o fato de algumas crianças estarem perdendo o lúdico da infância é o amadurecimento precoce que se faz presente na vida de muitas crianças, as agendas lotadas, o excesso de compromissos, acabam deixando muitas crianças sem tempo para viver a infância ou no outro extremo as crianças que precisam trabalhar para auxiliar ou garantir o sustento de suas famílias.

Sonia Kramer (2003) cita o autor Eduardo Galeano que faz a seguinte consideração a respeito da infância:

Dia a dia nega-se às crianças o direito de ser crianças. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fosse lixo, para que se transformem em lixos. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. Muita magia e sorte têm as crianças que conseguem ser crianças. (GALEANO *apud* KRAMER, 2003, p. 83)

Analisando esse fato, começamos a refletir sobre o retrocesso que está acontecendo, estamos voltando às crianças como “adultos em miniaturas”, “(...) estudiosos e pesquisadores mais críticos defendem a idéia de que a infância da criança na sociedade atual está próxima do fim, (...)”. (PASCHOAL e MACHADO, 2007, p.21), com a inserção das crianças cada vez mais cedo no mundo adulto, perde-se a essência da infância, que demorou tanto tempo para constituir-se.

Segundo Paschoal e Machado (2007, p. 24), “cabem aos adultos, portanto, não só considerar o modo de ser e de pensar das crianças, mas a responsabilidade de devolver-lhes a infância. Uma infância feliz, saudável e digna”. Assim sendo de acordo com todas as análises feitas acerca da infância, constatamos que cabe a família, a escola, aos órgãos governamentais, etc., garantir as crianças uma infância

plena e feliz, que contribua para o desenvolvimento social, histórico, físico e cognitivo das mesmas, para que assim forme-se o cidadão responsável, capaz de participar ativamente da sociedade.

Para que o que foi citado no parágrafo anterior ocorra de maneira saudável, alguns autores como Vygotsky⁴ trazem algumas contribuições e nos mostram a importância da interação para o processo de desenvolvimento humano, ele afirma que o aprendizado e o desenvolvimento se dão graças à relação com o outro. Isso nos mostra como é fundamental para o desenvolvimento um ambiente adequado.

No que diz respeito à aprendizagem esse ambiente alfabetizador deve acontecer em casa e na escola, deve ser composto por livros da literatura infantil, com momentos de conto das histórias, com observação das “letras” que estão presentes em nossa vida, etc. Percebemos assim que o ambiente alfabetizador é de extrema importância para o desenvolvimento da criança em seu processo de alfabetização.

2.2 A ALFABETIZAÇÃO E SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS A PARTIR DO SÉCULO XVIII: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Segundo Telma Weisz⁵, importante autora da área da educação,

Os filhos da classe média e alta aprendem a ler na Educação Infantil. Sempre aprenderam. Quando são ensinados, como atualmente, e mesmo quando não eram ensinados, como antigamente (aprender aqui não significa passar diretamente de um estado de analfabeto para um de alfabetizado) (...) Porque vivem imersos em um cotidiano cheio do que chamamos hoje de eventos de cultura escrita.

⁴ Lev S. Vygotsky (1896-1934) professor e pesquisador foi contemporâneo de Piaget, e nasceu em Orsha, pequena cidade da Bielorrússia em 17 de novembro de 1896, viveu na Rússia, quando morreu, de tuberculose. Construiu sua teoria tendo por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada histórico-social. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. (ZACHARIAS, 2009, p.03).

⁵ Comentarei mais especificamente sobre essa autora no decorrer do capítulo.

Diante dessas considerações a respeito da alfabetização e para ressaltar a importância dela na vida e no desenvolvimento de uma criança comentaremos sobre algumas mudanças que ocorreram no processo de alfabetização ao longo da história, acompanhando as necessidades sociais e como esse processo é importante na vida e na formação de um sujeito.

Assim como as concepções sobre a infância se modificaram devido às mudanças ocorridas no processo histórico, entretanto, a maneira de alfabetizar as crianças também sofreu e sofre alterações de acordo com as demandas sociais, ou seja, o processo de alfabetização está ligado ao tempo histórico em que acontece, pois a cada momento é exigido um padrão de pessoa que atenda o que a sociedade necessita, juntamente com um conceito de educação e formação humana.

Para melhor compreender essas modificações que a alfabetização teve no processo histórico, resgatar-se-á a concepção de alfabetização a partir da grande mudança na vida social e econômica do país, sendo a Revolução Industrial (século XVIII e XIX) até os dias de hoje (século XXI).

No século XVIII, período em que teve início a Revolução Industrial na Inglaterra e, fim do século XVIII e início do século XIX no Brasil, o contexto educativo era o tecnicista, ou seja, um estilo de educação que acontecia de forma automatizada, não se exigia dos alunos reflexão sobre os conteúdos trabalhados, tudo ocorria mecanicamente. Segundo Barbosa (1990) para a pessoa ser considerada alfabetizada era necessário que a mesma tivesse o mínimo de conhecimento do código da língua escrita.

Essa mínima exigência educacional se dava pelo fato de que não era necessário que as pessoas aprendessem, pois devido à situação social que se encontrava, o destino das mesmas era serem operárias nas fábricas, não havia sentido oferecer as pessoas uma educação que levasse o indivíduo a reflexão, eles não precisavam de pessoas críticas, mas sim de operários que cumprissem as obrigações de forma mecânica. Entretanto, o conhecimento e a continuidade nos estudos eram reservados para os filhos das classes ricas.

Para algumas crianças pobres, pois não eram todas que freqüentavam a escola, era destinada uma educação como técnica rudimentar,⁶ não havia

⁶ Para melhor esclarecer a educação como técnica rudimentar, refere-se a uma educação que abrange o mínimo, que não se preocupa em ampliar o universo de conhecimentos dos alunos, mas sim em estabelecer algumas técnicas básicas para aprender a ler e escrever, por exemplo.

preocupação com a formação subsequente do indivíduo. É importante salientar que essas crianças pobres desempenhavam vários papéis enquanto trabalhadores, onde,

(...) o papel da criança no trabalho familiar, que se ocupava de certas tarefas como respingar e capinar o terreno, trabalhar na agricultura, guiar o rebanho. No que se refere a oficina artesã, ela estava presente na qualidade de aprendiz ao lado do oficial, sob a orientação do mestre. No trabalho domiciliar, a criança também desenvolvia seu papel de trabalhador. (FURLAN, 2003, p.45)

Sônia Kramer no artigo a Infância e a Singularidade⁷ nos traz informações acerca da vida das crianças no contexto histórico e social, haja vista que a autora assim relata:

A miséria das populações infantis [...] o trabalho escravo e opressor desde o início da revolução industrial condenavam-nas a não ser crianças: meninos trabalhavam nas fábricas, nas minas de carvão, nas ruas. Mas até hoje o projeto da modernidade não é real para a maioria das populações infantis, em países como o Brasil, onde não é assegurado às crianças o direito de brincar, de não trabalhar. (In: BRASIL, 2006, p.15)

Observamos que esse tipo de situação enfrentada pelas crianças trabalhadoras, infelizmente ainda faz parte da vida de muitas crianças na atualidade, onde elas precisam muitas vezes deixar de lado os estudos e as brincadeiras para se empenharem nos trabalhos e outras atividades que não pertencem a elas enquanto crianças.

E nesse contexto de injustiças sociais, onde, muitas crianças não podem freqüentar a escola devido ao trabalho precoce, algumas mudanças começam a ocorrer em relação à alfabetização das crianças que podem estar inseridas em um ambiente educacional e na metade do século XX, a UNESCO declara que “alfabetizado é uma pessoa capaz de ler e escrever com compreensão, uma breve e simples exposição de fatos relativos à vida cotidiana” (LAGÔA, 1990, p. 07), percebeu assim que apesar de ainda rudimentar as considerações a respeito da alfabetização sofrem pequenas modificações positivas, há uma expectativa mais elevada a respeito das pessoas consideradas alfabetizadas.

⁷ Este artigo está presente no documento oficial “Ensino de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.

E assim se tratando de alguns autores dessa década relata-se brevemente como consideravam o processo de alfabetização e quais as contribuições dos mesmos no que diz respeito a esse assunto.

Iracema e Eloísa Meireles são autoras da cartilha “A Casinha Feliz” que foi lançada no século XX na década de 1960 e reeditada em 1987, a cartilha Casinha Feliz foi o marco do método fônico no Brasil, o qual enfatizava a menor unidade da fala, o fonema, e sua representação na escrita. Ensinava-se primeiro as formas e os sons das vogais, para depois ensinar as consoantes e vogais, estabelecendo entre elas, relações cada vez mais complexas. Educadores passaram a trabalhar com textos diversificados nos diferentes suportes que circulavam na sociedade como livros, jornais, revistas, embalagens, bulas, entre outros.

Segundo informações do site da Cartilha “A Casinha Feliz”

Além de criar um método comprovadamente eficaz de alfabetização, Iracema e Eloisa Meireles, partindo de sua vivência em sala de aula, organizaram um verdadeiro guia de atividades para os professores, onde dão indicações, conselhos e mostram de forma ampla e detalhada como planejar as suas aulas. As propostas são variadas e delineadas com clareza e objetividade, mostrando passo a passo as etapas e ações. (DUARTE, 2009, p.03)

Meireles (1969) fez a seguinte declaração no Primeiro Congresso Brasileiro de terapia da palavra realizado na cidade do Rio de Janeiro. Observamos nessa declaração a preocupação da autora com a situação da alfabetização em nosso país, que ainda nos dias de hoje apresenta-se precariamente.

Num país como o nosso, onde o analfabetismo desgraçadamente atinge índices tão altos, o problema da alfabetização do adulto apresenta-se de magna importância. Pode e deve ser considerado verdadeiro problema de defesa da nossa nacionalidade. Na qualidade de velha professora primária, cuidando nos últimos anos da alfabetização, não posso deixar de voltar os olhos com tristeza para o analfabeto adulto de nossa terra, vendo-o tão numeroso, quase às portas do último quartel do século XX. (MEIRELES, 2009, p.04)

Meireles (*apud* LAGÔA, 1990, p.14) fez uma declaração sobre o que considera ser uma pessoa alfabetizada. Para ela “um indivíduo alfabetizado é capaz de decodificar a palavra falada e fazer dela uma mensagem escrita”, ou seja, quando a pessoa torna-se capaz de expressar-se através da escrita pode ser considerada alfabetizada.

Outra cartilha que também fez sucesso e contribuiu na alfabetização de muitas crianças em sua época foi a cartilha Caminho Suave que teve sua primeira edição no ano de 1948 e tem como autora Branca Alves Lima.

O método de alfabetização da época era analítico e se baseava na memorização das letras, vogais e depois consoantes, e das sílabas, com as quais os aprendizes formavam palavras, frases e, posteriormente, usavam seus conhecimentos para fazerem redações. A jovem professora Branca percebeu a grande dificuldade que aquelas crianças tinham em “decorar” todo aquele conteúdo. Na época, ainda se usavam castigos corporais para os que não aprendesse, e com isso ela também não concordava. Na tentativa de ajudar os alunos a memorizar as letras e respectivas sílabas, fez desenhos simples que continham a inicial de palavras chaves: o "a", no corpo da abelha, o "e" na tromba do elefante, o "f" no cabo da faca, o "g" no corpo do gato e, assim por diante. O sucesso foi total. Várias gerações puderam aprender o "c" do cachorro, o "b" da barriga e do bebê e toda a seqüência do alfabeto. Assim, em 1947, nasceu a cartilha Caminho Suave, um caminho mais ameno e menos doloroso para ensinar meninos e meninas a ler e escrever. (MÉRCIA, 2007, p.06)

E assim a cartilha Caminho Suave teve grande contribuição na alfabetização de muitas crianças no período em que fazia parte do cotidiano das escolas, mas em 1997 ela foi extinta e a autora fez a seguinte declaração:

Eles (o governo, o MEC e o Guia do Livro Didático, o Conselho Nacional de Educação, as secretarias de Educação etc.) estão projetando, quase decretando, que os alunos não usem mais cartilhas. Mas só ao final de várias décadas é que vai se chegar à conclusão se o construtivismo dá ou não resultados.(ZARGHA, 2008, p.03)

Observamos nessa fala que a autora é contra o construtivismo - uma corrente pedagógica que surgiu neste período e mobilizou muitos educadores. Para a autora aproveitar os conhecimentos que os alunos tem para alfabetizá-lo é um

ato de empobrecimento do processo alfabetizador. Ela crítica Emília Ferreiro (autora que considerava importante partir dos conhecimentos prévios dos alunos) por nunca ter lecionado e por suas descobertas sobre o processo de aprendizagem.

Ainda neste século, mais especificamente na década de 60, período em deu início o desenvolvimento econômico, valorizando o indivíduo participativo e integrado com a sociedade, que seja politicamente ativo, onde vários movimentos sociais surgiram e muitas pessoas se integraram a eles, movimentos feministas, homossexuais, ocasionando debates que levaram a repensar sobre o papel do cidadão na sociedade. Estava ocorrendo também o crescimento do número das escolas públicas e a valorização do ser social passou a ser maior.

Os movimentos dos anos de 1960, seja na sua expressão mais propriamente política, sejam na contracultural, ou mesmo nos modos em que combinaram essas expressividades, tiveram como *traço* característico a transgressão de padrões de valores estabelecidos. Transgressão não no sentido de uma pura negatividade, ou de uma negação absoluta dos limites estabelecidos, mas de um movimento que os atravessa afirmando novos limites. Em outros termos, um movimento que é de negação de valores estabelecidos, mas que na sua face positiva se lança no risco da afirmação de novos valores. (CARDOSO, 2005 p.10)

E nesse clima de mudança social, conseqüentemente alterou-se a forma de perceber o processo educativo, e alguns autores começaram a fazer considerações diferenciadas sobre o contexto de aprendizagem na escola.

Joanita Souza autora de várias coleções de livros didáticos nos dá a seguinte declaração sobre uma de suas coleções,

A coleção Brincando Com, composta de todas as disciplinas essenciais ao Ensino Fundamental, traz todos os conteúdos exigidos e necessários para uma boa formação escolar. A metodologia desta coleção é fundamentada em muitos anos de experiência em sala de aula, considerando também a evolução do processo educacional, constituindo uma fonte confiável de informações voltadas para o desenvolvimento do aluno. Sendo assim, a abordagem e a aplicação dos conteúdos apresentam *tendências mais tradicionais*, mas no decorrer das obras encontramos questionamentos, inferências, formulação de conceitos e entendimentos a partir do conhecimento prévio, posicionamento crítico; além de recursos lúdicos e atividades dinâmicas como jogos, cruzadinhas, caça-palavras, trabalhos em equipes, pesquisas em diversas fontes, inclusive na internet. O projeto gráfico é leve, com

ilustrações, fotos e textos bem-distribuídos e devidamente hierarquizados, que auxiliam os alunos na localização dos textos e das atividades. (SOUZA *apud* LAGÔA, 1990, p.14)

Para Souza (*apud* LAGÔA, 1990 p.14) alfabetização é “um processo lento, demorado e contínuo que envolve várias fases que vão do simples aprendizado das letras, sílabas, palavras e frases, ao domínio perfeito de textos”. Ou seja, a alfabetização passa a ser considerada algo mais complexo, que envolve a compreensão, a interpretação de textos, para que assim a pessoa possa ser crítica nas leituras e utilizar as experiências de vida que já tenha. Complementa: “o alfabetizado é aquele que vê o que olha, enxerga o que vê, domina o que leu, é capaz de responder com maturidade as experiências da vida” (*apud* LAGÔA, 1990 p.15). Percebemos que um novo olhar foi dado à alfabetização, ela passou a ser considerada algo complexo, que vai além do aprendizado das letras ou da leitura rudimentar.

Já na década de 80 diante de um novo papel que a escola assume que é o de “integrar todos os indivíduos numa nova ordem mundial, marcada pelo desenvolvimento tecnológico e científico” (LAGÔA, 1990, p.15), ou seja, dar a todas as pessoas o acesso a educação, mas para que isso acontecesse eram necessários altos investimentos na formação de professores e aquisição de equipamentos que auxiliassem as atividades escolares. Pois também surgiu à idéia de que para progredir na vida era somente possível através da escola, de que só através da escola pode-se transformar a vida das pessoas e, conseqüentemente a sociedade de forma geral, visto que na escola é que a maioria das pessoas tem contanto com uma educação formal que, muitas vezes, nos levam as reflexões sobre ética e moral.

Diante da situação de que a escola modifica a vida de uma pessoa e a maneira como a sociedade vê a mesma, Sacristán (2003, p.125) afirma que,

[...] Ser aluno é ser estudante (aquele que estuda) ou aprendiz (aquele que aprende); são categorias descritivas de uma condição que supõe trazer unidos determinados comportamentos, regras, valores e propósitos que devem ser adquiridos por quem pertence a essa categoria. Criadas, propostas e impostas pelos adultos no âmbito da instituição escolar, que fixa suas próprias regras, tais categorias proporcionam uma nova identidade àqueles que têm essa condição que é reconhecida socialmente.

Diante desse conceito de educação como transformadora da sociedade e nesse clima de mudança social, autores como Telma Weisz⁸ e Paulo Freire contribuem com novas considerações a respeito da educação. Para Weisz não bastava ler, escrever, interpretar e se conseguir se comunicar através da escrita e da leitura. As pessoas alfabetizadas deveriam ser “capazes de entender a realidade em que vivem e, através de sua participação efetiva, reconstruir e manter a democracia” (*apud* LAGÔA, 1990 p.15). Esperava-se assim formar o cidadão que fosse comprometido com as causas sociais, sendo capaz de interpretar a realidade e participar de maneira ativa, lutando pelos direitos da coletividade.

Weisz (*apud* LAGÔA, 1990) considerava importante à formação do aluno baseado no mundo letrado, uma educação que permitisse ao educando ter acesso à vida cotidiana e fazer o uso dela dentro da escola, expandindo a educação para a vida. “Por isso, o trabalho mais importante da escola com essas crianças (pobres) , assim que chegam, é levá-las a mergulhar no mundo da cultura escrita para que elas possam começar a pensar sobre o assunto”. (WEISZ, Telma, 2006, p.2). É necessário auxiliar essas crianças para que compreendam a função social da escrita.

Paulo Freire trabalha a alfabetização pela ótica do construtivismo, considerando uma proposta que é o inverso do que acontece nas classes convencionais. Para ele o indivíduo deve ser alfabetizado num processo de construção do conhecimento, onde ele seja capaz de ter uma visão crítica da realidade e para que isso ocorra à alfabetização deve partir da realidade social das pessoas, levando em consideração as experiências que as pessoas trazem de suas vidas.

Para Freire (1989 p.09) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”, antes de ser alfabetizado o indivíduo já traz uma leitura do mundo, com experiências e vivências que são únicas e inerentes a cada um, por isso, o autor considera tão importante respeitar cada educando e suas experiências.

⁸ Telma Weisz é doutora em Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É uma das autoras dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e concebeu - como consultora do Ministério da Educação - o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA, cuja implementação nacional supervisionou durante os anos de 2001 e 2002. (WEISZ, 2006, p.07)

Desta maneira Paulo Freire propõe a educação libertadora, que rompe com a educação tradicional e traz uma forma de educação que respeite e valorize todas as pessoas e assim ajude-as a ler criticamente o mundo. Em seu livro “Pedagogia do Oprimido” ele apresenta o diálogo como ferramenta indispensável no processo de libertação dos oprimidos.

Segundo o autor alfabetizar é também um ato político, “a alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora”. (FREIRE, 1989, p. 13,).

Freire (1989) propõe assim uma educação que vai além do que está pré-determinado que faça o educando refletir sobre a sua realidade. No livro a importância do ato de ler, ele apresenta como exemplo uma caneta, o que ela significa para nós, qual a importância que ela pode ter na vida de algumas pessoas e na vida de outras e assim partindo de uma reflexão ele chega à palavra escrita, após fazer a leitura de mundo desta palavra.

Como eu, o analfabeto é capaz de sentir a caneta, de perceber a caneta e de dizer caneta. Eu, porém, sou capaz de não apenas sentir, de perceber a caneta, de dizer caneta, mas também de escrever caneta e, conseqüentemente, de ler caneta. (FREIRE, 1989, p. 13)

Ou ainda com a palavra tijolo,

A palavra tijolo, por exemplo, se inseriria numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma de escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de sua memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizados com um conjunto de situações codificadas de cuja decodificação ou “leitura” resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano, transformador do mundo. (FREIRE, 1989, p. 13)

Isso nos mostra que Paulo Freire considerava os educandos capazes de pensar sobre determinada palavra (ou assunto), mesmo que eles não fossem capazes ainda de ler e escrevê-la, mas o fato de refletirem anteriormente sobre a palavra torna-a bem mais significativa para o processo de aprendizado da escrita e leitura da mesma.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM OLHAR NA CONTEMPORANEIDADE

Esta seção tem como propósito analisar o conceito de alfabetização e letramento a partir dos parâmetros sociais contemporâneos. Acredita-se que a compreensão desses conceitos no trabalho do professor da educação básica se faz necessária e urgente, a fim de superarmos o conceito equivocado e estigmatizado de que aprender a ler e a escrever restringe a decodificar letras e palavras.

Mediante leituras de autores que abordam esse tema como: Magda Soares, Marlene Carvalho, Paulo Freire, Telma Weisz, Renata J. Souza, Margot Filipenko, Ana Lúcia G. de Faria, Suely A. de Mello, Telma F. Leal, Eliane B. C. de Albuquerque e Artur G. de Moraes entre outros; percebe-se que a alfabetização e letramento são fundamentais para o processo de aprendizagem, principalmente no período inicial de escolarização estendendo-se durante toda a vida do indivíduo. Por isso se faz importante compreender as diferenças que existem entre esses conceitos que ao mesmo tempo se complementam. O propósito consiste em fornecer ao aluno uma educação que vai além da escola e lhe forneça subsídios para conhecer o mundo.

Neste sentido Paulo Freire cita em sua obra “A importância do ato de ler”, que a educação não pode ser um processo neutro diante da realidade da vida, mas deve fornecer aos educandos elementos para que possam encarar o mundo de maneira crítica e responsável, enquanto sujeitos conscientes do papel que precisam assumir socialmente.

Antes de qualquer discussão a respeito do tema, acredita ser coerente o esclarecimento conceitual das palavras alfabetização e letramento, bem como as relações entre ambos.

Para tanto, o exercício reflexivo é pertinente nesse processo, a fim de melhor compreender suas especificidades no campo do conhecimento da linguagem oral e escrita pela criança. Eis então as questões: É possível alfabetizar e letrar? Como realizar esse trabalho? Qual a importância do letramento e da alfabetização na vida de um sujeito?

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, alfabetizar significa: ensinar a ler.

[De alfabeto + -izar.] Verbo transitivo direto. 1. Ensinar a ler. 2. Dar instrução primária a. Verbo pronominal. 3. Aprender a ler por si mesmo: “eu estava ansioso para rever as duas casas, conjugadas, junto à Fábrica de Óleos, onde cresci, alfabetizei-me e aprendi muitas lições de coisas...” (Povina Cavalcanti, Volta à Infância, p. 11). [Cf. alfabetar.] (KURY, 2001 p.20)

Vale considerar que a palavra letramento não aparece no dicionário, somente em leituras bibliográficas a partir dos anos 80 quando instituiu o conceito para renovar a própria trajetória da alfabetização. Para uma melhor compreensão é sabido que a partir de uma abordagem histórica o conceito de letramento e seus significados para alguns autores, juntamente com o conceito de alfabetização.

O surgimento desse termo se deu por volta da década de 80,

É curioso que tenha ocorrido em um mesmo momento histórico, em sociedades distanciadas tanto geograficamente quanto socioeconomicamente e culturalmente, a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas de ler e escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita. (SOARES, 2004, p.18).

Mesmo tendo surgido em um mesmo momento histórico, ele apresenta significados distintos nos países de Primeiro Mundo e no Brasil. Segundo Soares (2004) nos países de Primeiro Mundo, o termo entra para definir um problema que a população enfrentava, onde mesmo estando alfabetizada, não conseguia utilizar a leitura e a escrita socialmente e no mercado de trabalho.

Onde no Brasil esse processo teve um movimento diferente, pois a necessidade de utilização social da leitura e escrita surgiu juntamente com a alfabetização inicial da população.

Para Magda Soares, os conceitos de letramento e alfabetização são no Brasil em muitas instâncias vistas como iguais, pois se tem a impressão de que a alfabetização tem caminhado no sentido de tornar-se letramento, “[...] verifica-se uma progressiva, embora cautelosa, extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita”. (SOARES, 2004, p.17)

Essa confusão entre os dois conceitos se dá em razão do surgimento do termo letramento em um período em que a alfabetização estava surgindo. Segundo Magda Soares a mídia, os censos demográficos e a produção acadêmica, contribuem com esse fator de não distinção dos termos.

E assim segundo ela apesar de toda a cautela, as discussões sobre letramento e alfabetização se dão juntamente, não conseguimos discuti-las separadamente, como acontece nos países de Primeiro Mundo.

Faria e Mello (2005, p.6) ao se referirem ao conceito de letramento, afirmam que “o que modificou, recentemente, foi o entendimento de que significa uma pessoa ser alfabetizada em função das exigências sociais do uso da escrita” (2005, p.6).

Kato (1986 *apud* FARIA e MELLO, 2005, p.07) nos trazem a seguinte contribuição sobre o termo:

[...] a função da escola é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a um cidadão funcionalmente letrado, isto é, um sujeito capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente e para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação.

A sociedade atual exige mais requisitos de uma pessoa, não basta saber as noções básicas de leitura e escrita, sendo necessário ir além e compreender a função social da leitura e da escrita, ou seja, entender como a leitura e a escrita está presente em nossa sociedade e como através delas podemos ter acesso aos vários meios que podem facilitar a vida, como: leituras de jornais, de placas, de correspondências, acessam aos meios eletrônicos, entre eles, caixas eletrônicas, computadores, etc.

Desta maneira é possível verificar que o letramento se faz fundamental no processo de alfabetização, pois ele traz no seu bojo algo que é fundamental para a vida de um sujeito, ele permite que a pessoa tenha acesso aos diversos meios que existem para comunicar-se, relacionar-se, buscar, enfim sobreviver.

Ao ser questionado sobre a finalidade do termo letramento, Soares (*apud* FARIA e MELLO, 2005) afirma que ele surgiu perante a necessidade social de um novo termo que fosse capaz de envolver novos fatos, de abranger as mudanças que estão ocorrendo. Buscando assim formar pessoas letradas, que sejam capazes de

fazer o uso da leitura e da escrita socialmente, que sejam ativas e consigam participar e acompanhar as mudanças da sociedade, como: os avanços tecnológicos.

Quanto ao termo alfabetização ele se refere mais ao processo e aprendizado da linguagem escrita e da leitura, Faria e Mello (2005) apontam que apesar de todos os trabalhos de pesquisa em cima do tema, “[...] o grande debate tem se restringido à questão da alfabetização no seu sentido mais restrito, limitado ao desenvolvimento do conhecimento do código, numa dinâmica que em nada contribui para o desenvolvimento de uma educação crítica e solidária” (FARIA e MELLO, 2005, p. 16).

Já no artigo: “Letramento e Alfabetização: pensando a prática pedagógica”⁹, os autores citam a contribuição de Magda Soares (1998) sobre o termo alfabetização que, “[...], corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever”. (BRASIL, 2006, p.70). Enquanto o termo letramento “relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em precisamos ler e produzir textos reais”. (BRASIL, 2006, p.70).

É possível inferir diante dos fatores levantados acima, que o letramento vai além do aprendizado da leitura e da escrita (alfabetização), ele tem por intuito fazer com que o sujeito consiga utilizá-las na vida social, que ele possa refletir e compreender os motivos e a importância de aprender a ler e a escrever.

Carvalho diante da afirmação de Magda Soares de que é possível “alfabetizar letrando”, comenta:

[...] podemos ensinar crianças e adultos a ler, a conhecer os sons que as letras representam e, ao mesmo tempo, com a mesma ênfase, convidá-los a se tornarem leitores, a participarem da aventura do conhecimento implícita no ato de ler (CARVALHO, 2005, p.9)

Os autores Moraes e Albuquerque (2004) afirmam que para “alfabetizar letrando” é necessário: (i) democratizar a vivência de prática de uso da leitura e da

⁹ Este artigo foi escrito pelos autores: Telma Ferraz Leal, Eliane Borges Correia de Albuquerque e Artur Gomes Moraes, ele faz parte do conjunto de artigos presentes no documento oficial *Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*.

escrita; e (ii) ajudar o estudante a, ativamente, reconstruir essa invenção social que é a escrita alfabética” (*apud* BRASIL, 2006, p. 71).

Esse é um grande desafio para os alfabetizadores¹⁰, como despertar nos alfabetizados o interesse para que os mesmo compreendam a função da escrita e a utilizem socialmente, que não seja apenas um aprendizado sem significado, que acontece aleatoriamente.

Souza e Filipenko (2005) afirmam que o letramento deve iniciar-se mesmo antes da criança aprender a linguagem oral e escrita, ou seja, deve iniciar no lar, pois, o ambiente que é proporcionado à criança influencia no aprendizado da mesma, o estímulo através de livros infantis, desenhos, exemplos de adultos leitores são fatores importantes nesse processo,

[...] as crianças aprendem a linguagem escrita através do engajamento ativo com seu mundo; elas interagem socialmente com adultos em situações de leitura e escrita; elas exploram a pintura feita por si próprias e aproveitam os modelos de letramento dados por adultos que são importante para elas; [...].(SULZBY e TEALE *apud* SOUZA e FILIPENKO, 2005, p.206).

A autora Telma Weisz (2009) comenta em seu artigo “Alfabetização, Educação Infantil e acesso à cultura escrita: as possibilidades da escola de nove anos”, que os filhos da classe média têm desde muito cedo acesso a cultura da língua escrita e isso possibilita a muitos que estejam alfabetizados na educação infantil. Diante dessa afirmação da autora é possível fazer o seguinte questionamento: Mas as crianças que não têm esse estímulo em casa, onde os pais são analfabetos, por exemplo. Será que elas não sabem nada? São iletradas?

É, portanto, função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas (BRASIL, 1998 vol.1, p.33)

Por menor que seja o contato dessas crianças com o mundo das letras, alguma experiência ela já deve ter tido, em jornais, folder, então ela já tem uma idéia

¹⁰ Quando me refiro a alfabetizadores, incluo todas as pessoas que participam e contribuem no processo de formação do indivíduo, pois, o processo de alfabetização e letramento podem ser iniciados em casa ou em outras instituições, antes mesmo da criança freqüentar uma organização formal de ensino.

do que seja a escrita e a sua função. Porém, o local onde a criança terá o maior envolvimento com a palavra escrita é na escola, e é função da mesma propiciar ao aluno um contato com os diversos tipos de textos escritos, falados, ilustrados, etc.

Os autores Leal, Albuquerque e Morais (*apud* BRASIL, 2006, p.69.) comentam sobre a importância das experiências que as crianças trazem do seu grupo social, porém, afirmam que é “na escola, [...] que (as crianças) aprendem a produzir textos orais mais formais e se deparam com outros que não são comuns no dia-a-dia de seus grupos familiares ou de sua comunidade”.

Algumas crianças têm a oportunidade de freqüentar a educação infantil então já iniciam esse contato com o mundo da escrita, porém outras só têm esse contato ao entrarem no ensino fundamental. Desta maneira o ensino fundamental de nove anos¹¹ vem trazendo entre outras, a proposta das crianças entrarem um ano antes no ensino fundamental, o que seria vantajoso para as crianças que não freqüentam a educação infantil.

Weisz (*apud* LAGÔA, 1990) nos traz a contribuição de que o aprendizado da leitura e da escrita pode iniciar-se na educação infantil de maneira diferenciada, rompendo com os moldes do ensino tradicional de alfabetização, que consistia em um aprendizado mecânico que se iniciava com as letras, partia para as sílabas, depois as palavras e assim por diante.

[...] quando concebemos a alfabetização como um processo no qual o aprendiz vai construindo e reconstruindo suas idéias sobre o sistema de escrita. Um longo processo que não ocorre só na escola, mas também na vida e no mundo, pois a escrita está por toda parte no meio urbano. Portanto, desse ponto de vista, aprender ou não a ler e escrever na Educação Infantil passa a ter um significado muito diferente. Passa a significar não só ter acesso à informação sobre a escrita dentro de situações de aprendizagem intencionalmente planejadas pela professora para ajudar a criança a avançar em seu processo de alfabetização, mas também ter ou não oportunidade de participar, de alguma forma, de práticas sociais mediadas pela escrita (WEISZ *apud* LAGÔA, 1990, p.5).

A educação infantil teria essa função de letrar os alunos, levando-os a ter contato com o mundo da leitura e da escrita de maneira crítica e comprometida,

¹¹ Comentaremos melhor sobre esse assunto do ensino fundamental de nove anos no capítulo seguinte.

preparando assim as bases para o processo de alfabetização formal que deverá acontecer nos anos seguintes.

Faria e Mello (2005) faz a seguinte consideração acerca da alfabetização na Educação Infantil:

O grande desafio da educação infantil está exatamente em, em vez de se preocupar em ensinar as letras, numa perspectiva redutora de alfabetização (ou de letramento), construir as bases para que as crianças possam participar criticamente da cultura escrita, conviver com essa organização do discurso escrito e experimentar de diferentes formas os modos de pensar escrito. (FARIA e MELLO, 2005, p.16).

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil vem reforçar essa idéia de educação próxima das práticas sociais reais:

A prática educativa deve buscar situações de aprendizagens que reproduzam contextos cotidianos nos quais, por exemplo, escrever, contar, ler, desenhar, procurar uma informação etc. tenha uma função real. Isto é, escreve-se para guardar uma informação, para enviar uma mensagem, contam-se tampinhas para fazer uma coleção etc. (BRASIL, 1998, vol. 1, p.34)

O que é muito importante compreender em nossa pesquisa é que o letramento propõe que o professor trabalhe de forma que leve o aluno a compreender a função da leitura e da escrita como prática social. Ele foi criado com o objetivo de quebrar com o paradigma de que o processo de alfabetização é apenas aprender a ler e escrever, é necessário ir além, por isso, criaram esse novo conceito, e propuseram que neste processo de alfabetização deve estar incluído também o letramento.

Dessa forma alguns autores separam os conceitos de alfabetização e letramento. Já outros consideram a mesma coisa. Independente de como são tratados os conceitos, o que realmente devemos considerar é que,

As crianças e os adolescentes observam palavras escritas em diferentes suportes, como placas, outdoors, rótulos de embalagens; escutam histórias lidas por outras pessoas, etc. Nessas experiências culturais com práticas de leitura e escrita, muitas vezes mediadas pela oralidade, meninos e meninas vão se constituindo com sujeitos letrados. (BRASIL, 2006, p.70)

Por isso, levando em conta a bagagem que as crianças e adolescente trazem de suas vidas os autores Leal, Albuquerque e Moraes afirmam que, “Cabe, então, à instituição escolar, responsável pelo ensino da leitura e da escrita, ampliar as experiências das crianças e dos adolescentes de modo que eles possam ler e produzir diferentes textos com autonomia”. (BRASIL, 2006, p.70).

Desta maneira podemos concluir que é necessário que a escola não se preocupe apenas com “O BÊ-Á-BÁ”, que se refere ao aprendizado rudimentar da leitura e da escrita, é necessário ir além, a sociedade atual exige que o cidadão seja um sujeito completo, não que apenas saiba ler e escrever, ele precisa fazer o uso dessa prática em sua vida, aprendendo a ler o mundo de maneira crítica e comprometida.

3.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ESCRITA INFANTIL: UMA LEITURA DE MUNDO

Esta subseção busca discutir primeiramente acerca das fases da escrita infantil e a seguir como essas fases podem ser construídas a partir de uma proposta que leve em consideração a participação ativa da criança nesse processo de comunicação com o mundo social escrito.

Em se tratando do tema alfabetização e do processo de construção da escrita não poderíamos deixar de abordar um assunto bastante importante dessa área: as fases da escrita.

Para melhor compreensão da matéria utilizaremos como fonte de pesquisa a importante obra de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky “Psicogênese da Língua Escrita” (1985).

As autoras iniciam o capítulo que trata sobre a evolução da escrita relatando que

[...] a criança é também um produtor de textos desde tenra idade. Numa criança de classe média, habituada desde pequena a fazer uso dos lápis e papéis que encontra em casa, podem-se registrar tentativas claras de escrever – diferenciadas das tentativas de desenhar – desde a época das primeiras garatujas¹², ou antes, ainda (2 anos e meio ou 3 anos). (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p.181).

Porém, há um fator bastante relevante e as autoras destacam no sentido de referir-se ao fato de que imitar o ato de escrever é uma coisa, interpretar a escrita produzida é outra. Segundo as autoras “no começo da interpretação da própria escrita, a criança pode acompanhar seus desenhos de outros sinais que representam seu próprio nome”. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 181).

Observamos assim a importância do nome da criança como ponto de referência para a escrita, é algo que é dela e, por isso ela sente-se atraída para aprender. É partindo da escrita do nome e de palavras que tenham sentido e significado para a criança mediante o mundo social em que está inserida; as autoras fizeram um trabalho de pesquisa com algumas crianças e elencaram alguns níveis da escrita que observaremos a seguir.

Desse modo, elencam que o processo de constituição da escrita passa por cinco níveis. Em se tratando do **nível um**, a criança é capaz de escrever e reproduzir os traços típicos da escrita nas quais identifica como a forma básica de escrita. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985). As escritas se assemelham muito nessa fase o que dificulta a diferenciação delas por parte da criança, levando em conta que a intenção no momento da escrita era diferente. Desta maneira constata-se que essa escrita não pode ser utilizada como meio de transmissão de informações, visto que, “[...] cada um pode interpretar sua própria escrita, porém não a dos outros [...]” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 183).

Neste nível também se constata as tentativas de correspondência entre o objeto e a escrita. Um exemplo clássico é: qual palavra é maior boi ou formiga? A criança que se encontra nesta fase geralmente dirá que é boi, devido ao tamanho do animal que é bem maior ao de uma formiga. Segundo as autoras “Este é um ponto interessante: a criança espera que a escrita dos nomes de pessoas seja

¹² Aproximadamente ao completar um ano de idade, a criança passa pelo estágio da garatuja. Ela sente prazer em traçar linhas em todos os sentidos, sem levantar o lápis, o qual é como se fosse o prolongamento de sua mão. (DAVIDO, 2006, p.01)

proporcional do tamanho (ou idade) dessa pessoa, e não ao comprimento do nome correspondente” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 183).

Outra característica desse nível é certa dificuldade em diferenciar desenho e escrita, que pode ser momentânea.

Após realização de algumas pesquisas com crianças as autoras também observaram que nessa etapa se faz muito importante a representação por parte de desenhos, pois, muitas crianças antes da tentativa de escrita desenhavam o que querem representar garantindo assim que a produção tenha significado.

Para concluir as hipóteses sobre esse nível as autoras afirmam que “assinalemos, finalmente, que neste nível a leitura do escrito é sempre global, e as relações entre as partes e o todo estão muito longe de serem analisáveis: assim, cada letra vale pelo todo, [...]” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 189).

No **nível dois** percebe-se que “para poder ler coisas diferentes (isto é, atribuir significados diferentes) deve haver uma diferença objetiva nas escritas” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 189). Ou seja, as crianças começam a entender que diferentes palavras são escritas de diferentes maneiras, para as autoras o desenvolvimento da escrita contribui com o progresso cognitivo.

Descobrir que duas ordens diferentes dos mesmos elementos possam dar lugar a duas totalidades diferentes é uma descoberta que terão enormes conseqüências para o desenvolvimento cognitivo nos mais variados domínios em que se exerça a atividade de pensar. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 189).

Neste nível a criança cria formas fixas de representar e reconhecer a escrita, principalmente em relação ao próprio nome, não reconhecendo, por exemplo, o nome escrito com outros estilos de letra. É importante observar que a aquisição de certas formas físicas está bastante relacionada com eventos culturais e pessoais.

Porém a utilização dessas formas prontas pode causar dois tipos de reação: 1º bloqueio: quando a criança aprende a escrever copiando a escrita de outros; tendo a ausência desse modelo ela não consegue. 2º utilização dos modelos adquiridos para prever outras escritas: “Somente difere do precedente em que as letras são facilmente identificáveis e em que as disponibilidades de formas gráficas é maior (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 191).

No que condiz ao **nível três** é evidente inferir que,

Este nível está caracterizado pela tentativa de dar *valor sonoro a cada uma das letras que compõe uma escrita*. Nesta tentativa, a criança passa por um período de maior importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba. É o surgimento do que chamaremos a *hipótese silábica*. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 193).

Ou seja, neste nível a criança começa a dar valor a cada letra da palavra, percebendo que cada uma delas tem um som diferenciado e que juntos formam a palavra. Pois “[...] pela primeira vez a criança trabalha claramente com a hipótese de que a escrita representa partes sonoras da fala” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 193). A hipótese silábica pode surgir mesmo quando a criança ainda não tem a grafia correta das letras, neste caso as letras podem apresentar ou não valor sonoro estável.

Outro aspecto dessa etapa da escrita é que podem desaparecer “a exigência de variedades e quantidades mínimas de caracteres”. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 195).

O **nível quatro** consiste na “passagem da hipótese silábica para a alfabética” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 196). Neste nível a criança começa a ir mais além da sílaba, “[...] no sentido de serem hipóteses originais da criança [...] o conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termos de hipótese silábica [...]”. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p.209). A criança passa a perceber a existência das sílabas nas palavras, segundo as autoras, essa percepção acontece geralmente com a escrita do nome primeiramente.

Desta maneira é possível apontar que

[...] A criança elaborou duas idéias muito importantes, que resiste – e com razão – em abandonar: que falta certa quantidade de letras para que algo possa ser lido (idéia reforçada agora pela noção de que escrever algo é ir representado, progressivamente, as partes sonoras desse nome), e que cada letra representa uma das sílabas que compõem o nome [...] (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p.211).

E quanto ao **nível cinco** “a escrita alfabética constitui o final desta evolução”. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p.213). Chamamos de escrita

alfabética, porque, a criança já consegue perceber que as sílabas são compostas de valores sonoros. Emilia Ferreiro e Ana Teberosky explicitam essa idéia da seguinte maneira:

[...] Ao chegar a este nível, a criança já franqueou a “barreira do código”; compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever [...]. (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985 , p.213).

As autoras deixam bem claro que isso não significa que todas as dificuldades tenham sido superadas, a criança encontrará os problemas com a ortografia, mas não terá problemas com a escrita. Para prosseguirmos essa discussão a respeito de como a alfabetização pode se dar na vida de uma criança contaremos com a contribuição de alguns documentos e autores.

A seguir teremos alguns subsídios de como pode se dar esse processo de construção da escrita, para que essas fases sejam significativas e para que a criança consiga perceber o valor social da escrita.

Diz-se que um ambiente é alfabetizador quando promove um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita nas quais as crianças têm a oportunidade de participar. Se os adultos com quem as crianças convivem utilizam a escrita no seu cotidiano e oferecem a elas a oportunidade de presenciar e participar de diversos atos de leitura e de escrita, elas podem, desde cedo, pensar sobre a língua e seus usos, construindo idéias sobre como se lê e como se escreve. (BRASIL, 1998, vol. 3, p.140)

Diante dessa afirmativa do RCNEI¹³ refletiremos sobre como o ambiente no qual a criança está inserido contribui com o processo de alfabetização e letramento da mesma e que a “leitura de mundo”, que ela faz mesmo antes de ter sido alfabetizada é muito importante para a construção do seu ser e para o processo de alfabetização.

Vimos na seção anterior que a alfabetização e o letramento são fundamentais no processo de formação de um sujeito, o primeiro leva o aluno a aprender os rudimentos da leitura e da escrita, enquanto o segundo propõe que

¹³ Toda vez que citar essa sigla RCNEI estarei me referindo ao Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 1998.

essa alfabetização seja contextualizada, que tenha sentido e seja ligada a realidade dos alunos.

Paulo Freire nos traz contribuições significativas sobre essa leitura de mundo e relata no trecho a seguir um momento de sua infância que nos ajudará a compreender melhor como se dá essa leitura de mundo e poderemos muitas vezes até nos identificar com ela:

A retomada da infância distante, buscando a compreensão do meu ato de “ler” o mundo particular em que me movia – e até onde não sou traído pela memória – me é absoluta-mente significativa. Neste esforço a que me vou entregando, re-crio, e re-vivo, no texto que escrevo a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra. Vejo-me então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós – a sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis a minha altura eu me experimentava em riscos menores que me preparavam para riscos e aventuras menores. (FREIRE, 1989, p. 9)

Fica explícito no parágrafo anteriormente citado como se dá essa leitura de mundo segundo Paulo Freire. É algo ligado a ver e sentir o mundo e desta maneira ler tudo o que ele pode nos “dizer”, e essa leitura que se faz do mundo é muito importante para a construção da escrita e da leitura nos indivíduos.

Para afirmar a importância da leitura de mundo e do ambiente o autor Vygotsky afirma que grande parte da aprendizagem que possuímos é construída socialmente, pois, cada indivíduo traz através de suas experiências conhecimentos únicos que precisam ser socializados com seus pares.

Com base na teoria de Vygotsky o autor Berni nos traz a contribuição de que:

[...] a fundamental responsabilidade dos educadores no ambiente escolar: o desenvolvimento dos alunos através da aprendizagem que vai se dar pela mediação. Observando e investigando os conhecimentos que os alunos trazem à escola, o professor deve intervir para reorganizar tal conhecimento, os elevando a outro patamar (BERNI, 2006, p.253)

Diante dessas informações observamos quão importante é o ambiente social e da interação para o desenvolvimento da criança, logo é também para o processo de alfabetização. Buscaremos a seguir elencar algumas capacidades necessárias

para a alfabetização e como o conhecimento de mundo que a criança traz influência esse processo. Os autores Junior e Campadelli trazem no texto “As capacidades necessárias para a alfabetização”, algumas contribuições sobre o assunto. Como verificaremos a seguir:

Segundo Junior e Campadelli (1991, p.07) “a primeira coisa que a criança precisa saber é o que representam aqueles risquinhos pretos em uma página branca”. Esses risquinhos se referem ao símbolo, à criança precisa compreender que aqueles símbolos representam os sons da fala. Por isso, o conhecimento de mundo, a leitura de mundo ajuda nesse processo. Por exemplo: o sinal vermelho no semáforo significa pare, o verde ande. A bandeira com as cores verdes e amarelas é referente ao Brasil, e muitos outros exemplos de símbolos que estão presente em nosso cotidiano. Sendo assim se a criança já possui essa noção de símbolos terá mais facilidade de compreender os símbolos das letras.

Em segundo lugar eles apontam que o aluno precisa reconhecer as letras. “Assim sendo, o aprendiz deve poder discriminar as formas das letras. As letras do nosso alfabeto têm formas bastante semelhantes, e por isso a capacidade de distingui-las exige refinamento na percepção”.

O terceiro problema para o aprendiz é a conscientização da percepção auditiva. Se as letras simbolizam sons da fala, é preciso saber ouvir diferenças linguisticamente relevantes entre esses sons, de modo que se possa escolher a letra certa para simbolizar cada som. (JUNIOR e CAMPADELLI, 1991 p. 08)

Pois muitas palavras da nossa língua são parecidas, por isso, se faz necessário certa habilidade para conseguir distinguir as diferenças. Por exemplo: as palavras *tia* e *día*, ou ainda, *pé* e *fé*.

Segundo os autores a outra dificuldade é:

[...] captar o conceito de palavra. Essa unidade *palavra* é tão natural, que sua apreensão quase não constitui problema para os aprendizes. O importante, na idéia da unidade palavra, é que ela é o cerne da relação simbólica essencial contida numa mensagem lingüística: a relação entre conceitos e seqüências de sons da fala. (JUNIOR e CAMPADELLI, 1991 p.10 e 11).

Outro aprendizado que se faz necessário ao futuro leitor é a noção e organização espacial da página, ter a idéia de que em nosso sistema de escrita escrevemos da esquerda para a direita, de cima para baixo, etc.

Os cinco conhecimentos básicos para a leitura e escrita que acabamos de identificar podem ser atingidos espontaneamente pelas crianças. Mas podem, também, ser estimulados a eclodir, para que o alfabetizando esteja preparado para o arranque. (JUNIOR e CAMPADELLI, 1991, p.13).

Diante dessas considerações sobre os conhecimentos básicos para a alfabetização não podemos deixar de assinalar que esses saberes podem ser adquiridos de maneira bastante dinâmica e prazerosa. O processo de alfabetização é muito rico e abre muitas possibilidades de trabalho para os professores.

O RCNEI traz a seguinte proposta para o trabalho pedagógico:

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes materiais adequados, assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais. (BRASIL, 1998, p. 29)

Notamos que na citação acima o RCNEI traz uma proposta lúdica de educação, com atividades diferenciadas como: jogos, brincadeiras, materiais diversos que atraem o interesse das crianças e logo as leve ao aprendizado. E ressalta a importância da brincadeira nesse processo de construção do aprendizado que implica diretamente na alfabetização das crianças, pois através da brincadeira as crianças lêem o mundo e como já comentamos isso é fundamental para a aquisição da leitura e da escrita.

O RCNEI ainda ressalta, “é preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa [...]”.

(BRASIL, 1998, p.29). Por isso, se faz fundamental na vida escolar das crianças, principalmente na Educação Infantil.

Levando em conta o que foi abordado nessa seção, podemos inferir que o processo pelo qual a criança passa para ser alfabetizada exige algumas habilidades que precisam ser aprendidas e apreendidas com esforço e dedicação por parte dos professores, dos pais e também dos alunos, porém, esse processo não precisa ser um castigo, algo forçado e sem sentido, muito pelo contrário ele pode e deve ser um momento prazeroso e de descobertas, que pode acontecer em um clima lúdico e contextualizado.

4. ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

A presente seção tem por objetivo discutir o Ensino Fundamental de nove anos, ressaltando quais as conseqüências (benéficas e malélicas) que essa nova etapa da educação básica pode trazer para a educação brasileira. Ela permitirá as crianças o ingresso no ensino fundamental com seis anos.

Existem muitos dilemas sobre o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, onde se questiona qual o principal objetivo do mesmo, se ele é mais caracterizado como educação infantil ou como ensino fundamental. E, ainda a questão mais importante: as crianças devem ser alfabetizadas no ensino fundamental de nove anos?

Diante disso, buscaremos, baseando-se nos documentos legais disponíveis pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação do Paraná e, ainda contribuições de autores que discutem sobre esse tema, considerações pertinentes para compreender a atual nomenclatura do ensino básico obrigatório.

A revista Nova Escola em um artigo sobre esse tema traz alguns pontos que são essenciais para que tenhamos resultados positivos com o ingresso das crianças no ensino fundamental um ano mais cedo.

Três são os ingredientes essenciais para garantir que as turmas de 6 anos façam uma boa transição para o Ensino Fundamental: estrutura física adequada em toda a escola, professores bem formados e um currículo consistente e claro na intenção de ensinar. (MARANGON, 2007, p.01)

É notório que o ingresso dessa nova série precisa ser estruturado e analisado, não basta apenas incluí-la, é necessária preparação e um trabalho responsável e consciente para que realmente essa nova série traga benefícios para a educação brasileira.

O artigo da revista ainda traz a informação de que a principal crítica ao ensino fundamental de nove anos é quanto ao “perder” a infância. Ou seja, há uma preocupação em como se dará essa nova série, se ela for mais voltada para o ensino fundamental poderá perder as brincadeiras e atividades lúdicas que são mais características da educação infantil.

A lei que aprova o ensino fundamental de nove anos é a nº 10.172/2001, que consta no PNE (Plano Nacional da Educação) e possui as seguintes intenções:

[...] oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatório e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade. (BRASIL, 2006, p. 14).

A partir das informações citadas acima para a apresentação do assunto e da seção buscar-se-á analisar a partir dos documentos oficiais e de algumas referências como deve ser o trabalho nesta nova etapa da educação básica, e para finalizar este trabalho será apresentada a análise feita com os dados a partir do estudo de caso com uso de questionário pré-elaborado e entrevista. Para tanto, contou-se uma professora de uma escola particular do município de Londrina. Os dados a partir do estudo de caso permitem inferir como tem se viabilizado o projeto do ensino de nove anos na prática do ensino básico¹⁴.

¹⁴ Não se pretende, em hipótese alguma, tecer julgamentos do trabalho realizado pela professora, mas sim, tem-se o propósito de analisar sua leitura e contribuição para a temática em estudo.

4.1 ALFABETIZAR E LETRAR: UM ESTUDO A PARTIR DO NOVO PROJETO OFICIAL

Em 06 de fevereiro de 2006 o atual presidente do nosso país Luís Inácio Lula da Silva decreta a Lei 11.274/2006 que

Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.(Lei 11.274/2006)¹⁵

Sendo assim o ensino fundamental em nosso país passa a ser legalmente constituído de nove anos. Muitas escolas já implantaram o ensino fundamental de nove anos, mas o prazo para que esteja presente em todas as escolas do Brasil é até 2010.

Para uma melhor organização da nomenclatura a LDB sugere que o Ensino Fundamental de nove anos seja disposto da seguinte maneira: **Anos iniciais** compostos por: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos; **Anos finais** por 6º, 7º, 8º e 9º anos.

Desta maneira ocorre a seguinte modificação: o ensino fundamental passa a ser do 1º ao 9º ano, deixando a antiga nomenclatura 1ª a 8ª série. Porém apenas as novas turmas que forem sendo formadas é que terão a nova nomenclatura. O objetivo da análise nesse trabalho será o 1º ano, sendo que as informações acima seguem apenas como uma forma de compreensão total dessa nova disposição do ensino fundamental.

Segundo o documento oficial que contém orientações gerais sobre a nova etapa do ensino fundamental de nove anos,

Implantar um Ensino Fundamental, agora de nove anos, leva necessariamente a repensá-lo no seu conjunto. Assim, esta é uma oportunidade preciosa para uma nova práxis dos educadores, sendo primordial que ela aborde os saberes e seus tempos, bem como os métodos de trabalho, na perspectiva das reflexões antes tecidas. Ou

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em: 28. jun. 2009

seja, os educadores são convidados a uma práxis que caminhe na direção de uma escola de qualidade social (BRASIL, 2004, p. 15).

Diante desta colocação é possível observar que a implantação do ensino fundamental de nove anos não busca apenas incluir uma nova série, mas sim trazer modificações para todo o ciclo desde as séries iniciais até as finais.

O documento ainda cita em relação ao 1º ano do ensino fundamental proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ou seja, propõe que esse novo ano precisa trazer em sua constituição características da educação infantil, entre elas podemos destacar as seguintes:

- As propostas pedagógicas [...] devem promover em suas práticas de educação e cuidados a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivolingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível. Dessa forma, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo [...].
- [...] as estratégias pedagógicas devem evitar a monotonia, o exagero de atividades “acadêmicas” ou de disciplinamento estéril.
- Tudo isso deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso, lúdico. Nesta perspectiva, as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências dirigidas que exigem que o conhecimento dos limites e alcances das ações das crianças e dos adultos estejam contemplados (BRASIL, p.15, 2004)

Há outras propostas presentes no documento, mas diante desses tópicos já podemos observar qual deve ser a essência dessa nova série. A mesma deve possuir muitas características da educação infantil, pois, devemos levar em conta que as crianças são pequenas e precisam dessa proposta lúdica, que valorize as brincadeiras, as atividades prazerosas, os momentos de expressão e um cuidado todo especial do professor em relação às crianças. O documento ainda destaca que

[...] não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um Ensino Fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos. (BRASIL, p. 20, 2004).

O professor precisa levar em conta que alguns alunos que estão ingressando no ensino fundamental freqüentaram a educação infantil e outros não. Por isso, enfatiza que se faz necessário analisar o perfil dos alunos para que seja elaborado o planejamento educacional, levando em conta o eixo direcionador do trabalho e adaptando-o para o trabalho com cada grupo de alunos.

Outro aspecto muito importante que o documento destaca é a questão da organização do trabalho pedagógico para receber esses alunos, essa organização vai desde a estrutura física até o planejamento educacional. O trecho a seguir afirma isso de maneira bastante esclarecedora.

Para recebê-las [as crianças], ela necessita [a escola] reorganizar a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação, de sorte que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização (BRASIL, p.22, 2004).

Enfatiza-se ainda que o Ministério da Educação recomende que os projetos político-pedagógicos sejam elaborados de maneira que possuam estratégias flexíveis de trabalho e do tempo na escola, de modo que possibilite aos alunos um desenvolvimento de qualidade.

Corsino¹⁶ (*apud* BRASIL, 2006, p.59) afirma no artigo “as crianças de seis anos e as áreas do conhecimento” que

[...] é importante que o trabalho pedagógico com as crianças de seis anos de idade, nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, garanta o estudo articulado das Ciências Sociais, das Ciências Naturais, das Noções Lógico-Matemáticas e das Linguagens. (BRASIL, 2006, p. 59)

Corsino (*apud* BRASIL, 2006) mostra que através do trabalho com essas disciplinas podemos oferecer as crianças uma formação completa que atinge todas

¹⁶ CORSINO, Patrícia. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; Professora Adjunta do Departamento de Didática, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

as áreas do conhecimento e favorece a formação social, científica lógico-matemática e lingüística.

E ressalta que “As crianças devem ser encorajadas a pensar, a discutir, a conversar e, especialmente, a raciocinar sobre a escrita alfabética” (BRASIL, 2006, p. 61). Vemos claramente nessa citação a importância do letramento no 1º ano, ou seja, mostrar para as crianças o valor social da escrita, levando-as a perceber como ela está presente e no nosso cotidiano e como é importante aprender a decifrá-la.

Essa nova etapa na história da educação brasileira é muito importante, pois, como observamos através dos documentos ela traz aspectos interessantes que podem enriquecer a educação no Brasil, é claro, que muitos fatores envolvem o sucesso dessa proposta, não é apenas a escola ou os professores, todos devem estar envolvidos nesse processo. Já em relação ao trabalho com os alunos pode ser uma oportunidade única para muitos e para melhor compreendermos esses aspectos, Corsino nos dá a seguinte contribuição,

[...] a ampliação do ensino fundamental para nove anos, que significa bem mais que a garantia de mais um ano de escolaridade obrigatória, é uma oportunidade histórica de a criança de seis anos pertencente às classes populares ser introduzida a conhecimentos que foram fruto de um processo sócio-histórico de construção coletiva. (BRASIL, 2006, p. 61 e 62)

Baseando-se nos vários aspectos analisados anteriormente podemos afirmar que o 1º ano do ensino fundamental possui muitas características da educação infantil e algumas do ensino fundamental. Quanto aos objetivos do mesmo é trabalhar o desenvolvimento completo do aluno, sempre respeitando cada momento, com organização do tempo e dos espaços para favorecer esse desenvolvimento; em relação à alfabetização podemos observar que nesse novo ano muitas crianças iniciam o contato com o mundo da escrita, começam a “ler o mundo”, algumas crianças freqüentaram a educação infantil ou tiveram contato com as letras em outros ambientes outras terão esse primeiro contato na escola, por isso, o professor precisa ter um planejamento flexível e organizado para que possa atingir todas as crianças.

4.2 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO EM UMA ESCOLA PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

A entrevista foi realizada com uma professora do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos de uma escola da rede privada de ensino do município de Londrina, ela ocorreu na residência da entrevistadora, fato que deixou a entrevistada à vontade para responder as questões propostas.

Antes da gravação conversei¹⁷ com a professora e ela relatou algumas informações que não estão na entrevista. Primeiramente quanto à formação dela contou que é formada em normal superior com licenciatura para o ensino fundamental que foi concluído em 2007, depois fez o curso de pedagogia e concluiu no ano de 2008 e pós em Educação Infantil também concluída em 2008.

Quanto à experiência profissional ela disse que atua a três anos na área da educação, e já foi professora da 1ª série do ensino de oito anos, do 2º ano do ensino de nove anos e atualmente do 1º ano do ensino de nove anos.

A professora comentou também que a turma em que ela trabalha é composta por 12 alunos, no 2º semestre iniciará a letra cursiva, visto que, alguns alunos já fazem tentativa de escrita com essa letra. E algo importante para se salientar é que todos os alunos da turma freqüentaram a educação infantil nesta escola.

Quanto às brincadeiras, a professora disse que há no horário semanal momento que é destinado para brincar, como: no parque que tem escola e na sala de jogos, mas, não são muitos comparando com a educação infantil. Ela comentou ainda que as crianças tiveram que se adaptar a essa nova realidade.

Como ela já atuou com a 1ª série do antigo regime, aproveitei para perguntar o que ela sentia comparando o 1º ano (9 anos) e a 1ª série (8 anos), e ela disse que não é possível fazer muitas comparações, pois, ela trabalhou em escolas diferentes e a metodologia de ensino da escola que ela trabalhava antes é bem diferente da que ela trabalha atualmente, mas o que afirmou é que o 1º ano do ensino de nove anos possui várias características da 1ª série do ensino de oito anos.

¹⁷ A redação nesse item será em primeira pessoa do singular a fim de melhor expressar o registro e análise da entrevista.

E assim após essa conversa iniciei a gravação da entrevista que será mostrada a seguir, onde as perguntas que eu realizei estarão em negrito para diferenciar da fala da professora.

4.2.1 Coleta de dados da entrevista semi-estruturada

Qual sua leitura a respeito do novo projeto educacional – o ensino fundamental de 9 anos? Acho que é importante para a educação das crianças, pois elas podem ser estimuladas positivamente na aprendizagem através de brincadeiras e jogos educativos que viabilizam o seu desenvolvimento sadio.

Como esse projeto chegou à escola e, como tem se constituído no trabalho direto com as crianças no 1º ano de nove? Ele chegou através da lei no ensino básico brasileiro, sofreu críticas, essa lei foi e ainda é muito questionada, mais nosso país está num processo de adaptação pra o ensino de 9 anos. O trabalho com as crianças do 1º ano está sendo de forma satisfatória, as crianças utilizam o material didático e nós professores acrescentamos vários outros materiais para o processo de alfabetização.

Houve capacitação dos professores e adequação curricular?

Prefiro não responder essa questão pelo fato de ter começado a trabalhar nesta escola esse ano e o primeiro ano existe desde o ano passado, por isso, não sei como foi esse processo, mas acredito que teve adaptação curricular sim. E a capacitação dos professores ocorre sempre, temos curso sobre o material didático e reuniões de planejamento com a coordenadora e a diretora.

Em se tratando do trabalho em sala de aula do 1º ano do ensino fundamental de nove, como você realiza metodologicamente suas propostas de ensino?

A metodologia é através do construtivismo, as crianças criam pintando, desenhando, recortando, colando trabalhando com sucatas, utilizando material dourado, jogos de letras, etc.

Como é organizado o planejamento de ensino? Existe interação entre os professores na elaboração do mesmo?

O planejamento é semanal e existe interação principalmente com a coordenadora e a diretora e com a professora do ensino fundamental. Ele é baseado no livro didático e no site disponível do material, e encima dos conteúdos nós buscamos outras atividades para acrescentar. Temos também projetos literários e de leitura.

Como é trabalhado o processo de alfabetização e letramento na sala de 1º ano? Quais recursos didáticos e materiais de apoio utilizados?

Como já relatei anteriormente o trabalho é feito de forma construtivista, utilizando jogos de letras de sílabas formando palavras, observando a escrita, os tipos de letras, os formatos, etc. Os materiais são: os livros didáticos, letras em material de EVA, jogos com letras, os materiais permanentes são: quadro, giz, apagador, sulfite, cartolina, cadernos.

Em sua opinião, qual a implicação dessa nova estratégia de ensino para o desenvolvimento das crianças? Como você vê a criança nesse processo?

Vejo que essa implicação dessa nova estratégia de ensino contribui para o processo de ensino-aprendizagem das crianças e conseqüentemente para a aprendizagem de diferentes conteúdos e modalidades, favorecendo uma formação integral da criança.

Você gostaria de fazer mais algum comentário?

Não.

4.2.2 Análise dos Dados

O objetivo dessa análise não é fazer um julgamento sobre o trabalho pedagógico da professora, mas sim, compreender melhor como é o trabalho em sala de aula com essa turma, sem generalizar que todos sejam dessa forma e sem avaliar se está certo ou errado. O objetivo é trazer um enriquecimento para essa pesquisa analisando a entrevista com base no documento oficial “Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.”.

No relato feito inicialmente pela professora antes de começar a gravação podemos perceber que alguns fatores indicam que a nova série possui características da 1ª série, quando ela nos conta, por exemplo, que existem momentos para brincadeiras, porém, não como na educação infantil e que as crianças tiveram que adaptar-se a isso. Essa idéia foi reforçada quando ela nos disse que “o 1º ano do ensino de nove anos possui várias características da 1ª série do ensino de oito anos”.

No documento oficial¹⁸ a autora Ângela Meyer Borba nos traz a idéia de que

Ao observarmos as crianças [...] de nossas escolas brincando, podemos conhecê-los melhor, ultrapassando os muros da escola, pois uma parte de seus mundos e experiências revela-se nas ações e significados que constroem nas suas brincadeiras (BRASIL, 2006, p.35).

Sendo assim é possível perceber quão importante é o brincar para o desenvolvimento das crianças, sendo fundamental um currículo repleto de brincadeiras na nova etapa do ensino fundamental, visto que, as crianças estão saindo da educação infantil, onde têm na maioria das vezes um contato constante com o brincar.

O documento ainda nos traz em sua parte introdutória a seguinte contribuição:

A ampliação do ensino fundamental para nove anos significa, também, uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois a criança terá mais tempo para se apropriar desses conteúdos. No entanto, o ensino nesse primeiro ano ou nesses dois primeiros anos não deverá se reduzir a essas aprendizagens. (BRASIL, 2006, p.8).

Prosseguindo assim com a análise, na questão que trata sobre a leitura feita pela professora a respeito do novo projeto educacional, nos relata que “[...] é importante para a educação das crianças, pois elas podem ser estimuladas positivamente na aprendizagem através de brincadeiras e jogos educativos que viabilizam o seu desenvolvimento sadio”. Sendo assim é possível inferir que a

¹⁸ Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade

professora através de sua resposta demonstrou ter consciência sobre a importância das brincadeiras e dos jogos educativos para o aprendizado.

Na questão sobre como o projeto chegou à escola e, como tem se constituído no trabalho direto com as crianças no 1º ano de nove a professora nos disse que “ele chegou através da lei no ensino básico brasileiro, sofreu críticas, essa lei foi e ainda é muito questionada, mais nosso país está num processo de adaptação pra o ensino de 9 anos. O trabalho com as crianças do 1º ano está sendo de forma satisfatória, as crianças utilizam o material didático e nós professores acrescentamos vários outros materiais para o processo de alfabetização”.

Já em relação à capacitação dos professores e a adaptação curricular a professora preferiu não responder como foi a adaptação curricular, visto que, ela começou a trabalhar este ano na escola. Quando a capacitação dos professores “ocorre sempre, temos curso sobre o material didático e reuniões de planejamento com a coordenadora e a diretora”.

Quanto à metodologia de ensino foi comentado que ela acontece “através do construtivismo, as crianças criam pintando, desenhando, recortando, colando trabalhando com sucatas, utilizando material dourado, jogos de letras, etc”. Em se tratando da importância de atividades artísticas para a formação da criança as autoras Ângela Mayer Borba e Cecília Goulart nos relatam que:

A importância da criação estética na formação humana configura a função da escola de garantir o acesso às diferentes formas de linguagens e de promover, por meio do fazer estético, a apropriação pelas crianças de múltiplas formas de comunicação e de compreensão do mundo e de si mesmas. (BRASIL, 2006, p.52)

Na questão referente ao planejamento de ensino, onde abordamos também se existe interação entre os professores na elaboração do mesmo a professora nos relatou que “O planejamento é semanal e existe interação principalmente com a coordenadora e a diretora e com a professora do ensino fundamental. Ele é baseado no livro didático e no site disponível do material, e encima dos conteúdos nós buscamos outras atividades para acrescentar. Temos também projetos literários e de leitura”.

A autora Cecília Goulart traz a seguinte contribuição em relação ao planejamento de ensino

O modo como organizamos o trabalho pedagógico está ligado ao sentido que atribuímos à escola e à sua função social; aos modos como entendemos a criança; aos sentidos que damos à infância e a adolescência e ao processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 86).

Levando em conta a citação anterior observamos a necessidade de um planejamento que considere a criança enquanto sujeito histórico-social que tem subjetividade e que constrói e reconstrói a história, compreendendo suas necessidades e ao mesmo tempo respeitando o currículo escolar. Desse modo, acredita-se interessante compreender que para que os propósitos na escola da infância ocorram de maneira satisfatória, far-se-á necessária à interação entre o professor e seus colegas de trabalho; o que é de extrema importância.

Na questão referente ao processo de alfabetização e letramento na sala de 1º ano e sobre quais recursos didáticos e materiais de apoio utilizados a professora comentou o “trabalho é feito de forma construtivista, utilizando jogos de letras de sílabas formando palavras, observando a escrita, os tipos de letras, os formatos, etc. Os materiais são: os livros didáticos, letras em material de EVA, jogos com letras, os materiais permanentes são: quadro, giz, apagador, sulfite, cartolina, cadernos”.

Já na última questão onde pedimos para a professora dar a opinião dela sobre essa nova estratégia de ensino para o desenvolvimento das crianças e como ela vê a criança nesse processo, ela nos disse que vê a “implicação dessa nova estratégia de ensino contribui para o processo de ensino-aprendizagem das crianças e conseqüentemente para a aprendizagem de diferentes conteúdos e modalidades, favorecendo uma formação integral da criança”.

A proposta do ensino fundamental de nove anos é muito importante para a educação do nosso país e como a professora relatou estamos em um processo de adaptação a essa nova fase da educação básica.

Desta maneira analisando de uma forma geral a entrevista e utilizando como base o referencial teórico podemos concluir que algumas estratégias utilizadas pela professora estão de acordo com a proposta do documento, é claro, que não podemos avaliar o que realmente acontece na sala de aula, pois, nossa análise é baseada no que foi relatado.

Podemos concluir ainda que a coleta de dados trouxe contribuições para essa pesquisa, pois, pudemos conflitar o referencial teórico com a prática de uma turma

do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, fato esse que vem trazer um enriquecimento para o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo e pesquisa desse presente trabalho intitulado “Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental de Nove Anos: um olhar na contemporaneidade” pode-se considerar alguns pontos que são notórios nessa discussão na contemporaneidade.

Primeiramente não podemos deixar de perceber a criança como um ser que faz parte de uma história e que as concepções sobre a infância sofreram e sofrem modificações ao longo do tempo, por isso, não podemos deixar de perceber a criança como agente participante dessa história, pois, para ter uma atuação docente precisamos levar em consideração tudo o que ocorreu e ocorre na vida das mesmas, percebendo quais são as demandas sociais, como a criança é vista por essa sociedade, bem como suas reais necessidades.

A alfabetização como analisamos também mudou e foi se adaptando ao que a sociedade exigia em cada momento histórico, nesse contexto de mudanças a criança também passou a ser encarada de maneira diferente. Observamos assim que a alfabetização apenas voltada para o aprendizado da leitura e da escrita não era mais o suficiente para suprir as novas exigências da sociedade, assim, um novo termo surgiu o letramento.

O letramento nasceu objetivando complementar a alfabetização, dando a escola um novo papel, além de ensinar os rudimentos da leitura e da escrita precisava também mostrar aos alunos a importância disso para a vida em sociedade e como eles utilizavam esses códigos no cotidiano, com uma formação crítica e responsável, buscando formar cidadãos comprometidos.

Sendo assim notamos que a atuação docente deve caminhar junto com a busca do conhecimento, os professores precisam pesquisar e estudar novas formas de abordagem compreendendo como ocorre a construção do conhecimento nos alunos, para que assim façam as devidas intervenções.

Sempre levando em conta a importância de formar alunos que compreendam a função social da escrita e de outros meios de comunicação para que possam ser agentes na sociedade. O primeiro ano do ensino de nove anos tem uma proposta de inserir as crianças um ano mais cedo no ensino fundamental, essa realidade traz tanto aspectos positivos quanto negativos, daí nosso olhar crítico e reflexivo sempre em favor do melhor para a criança e seu desenvolvimento integral.

Podemos ousar inferir que em se tratando dos aspectos positivos percebe-se que muitas crianças, geralmente da classe baixa, não tem oportunidade de freqüentar a educação infantil e isso lhes dará a chance de participar um ano mais cedo do sistema escolar. A negatividade se encontra muitas vezes na forma como é encaminhado o trabalho com essas crianças tanto por parte da escola, dos professores e até da comunidade, onde, pode provocar a defasagem, quando exigido além do que a criança pode oferecer nesse momento. A compreensão equivocada e desarticulada no novo Projeto Oficial poderá trazer transtornos para o ensino de forma geral e para a formação da criança – centro de nosso interesse.

Além disso, a desinformação do professor poderá exprimir o tempo da criança ser criança, tirando-a antes do momento certo, do jardim de infância, ou melhor dizendo, expropriando da criança o momento de viver e aprender através de experiências lúdicas, como por exemplo o brincar.

Dessa maneira acredita-se que este trabalho buscou entender de maneira mais aprofundada como se dá o processo de alfabetização e letramento na vida de uma criança, sempre considerando alguns pré-requisitos que são necessários para que eles ocorram da melhor forma possível, tecendo como foco principal a necessidade de uma formação humana mais consciente e criativa das nossas crianças, que afinal consistem no nosso maior objetivo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A, 1981.

BEE, Hellen. **A criança em desenvolvimento**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. São Paulo: Artmed, 2003.

BERNI, Regiane Ibanhez Gimenes. **Mediação**: um conceito central na teoria de Vygtsky. São Paulo, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos – Orientações Gerais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2009

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 28 jan. 2009.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIES, Philippe e DUBY, Georges. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIDO, Roseline. **Psicologia – garatuja**. Disponível em: <http://www.avesso.net/psico21.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009

DUARTE, Clarisse. **Jornal da Casinha Feliz**. Disponível em: http://www.acasinhafeliz.com.br/jornal/jornal1_pg2.htm. Acesso em: 12 jan. 2009.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral (org). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. LICHTENSTEIN, Diana Myriam, MARCO, Liana Di e CORSO, Mário. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 43 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIEDMANN, Adriana. O que é infância? **Pátio Educação Infantil**, nº6, p. 10-13, dez. 2004.

FURLAN, Marta Regina. **A construção do ser Criança na Sociedade Capitalista.** 2003. Dissertação de mestrado. UEM, Maringá, 2003.

JUNIOR, Benjamin Abdala; CAMPADELLI, Samira Youssef. **As capacidades necessárias para a alfabetização.** São Paulo: Ática, 1991.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR., M. ; FERNANDES, R. . Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **A infância e sua educação:** materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, v. 1, p. 15-33.

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** Organização Ubiratan Rosa. São Paulo: FTD, 2001.

LAGÔA, Ana. Afinal, o que é alfabetizar?. **Nova Escola**, p. 12-17, agos. 1990.

MADJAROF, ROSANA. **A Escola Pré-Tomista.** Acesso em: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/escolastica.htm>. 29 de jun de 2009.

MARAGON, Cristiane. O direito de aprender. **Revista Nova Escola** (on-line). Edição 208, dez 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/direito-aprender-425381.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2009.

MEIRELES, Eloísa. **A Casinha Feliz** – Palavra de Professor. Disponível em: <http://www.acasinhafeliz.com.br/professor/prof5.htm>. Acesso em: 23 de abr. de 2009.

MELLO, Sueli Amaral. **Conceito de Homem, Infância e Educação:** novas perspectivas para a educação infantil a partir dos fundamentos filosóficos marxianos. Artigo apresentado no I Simpósio Internacional em Educação e Filosofia, Marília: Unesp, 2006. File: //D:\textos\texto_12.htm.

MÉRCIA. **Jiló com Miolo:** Um Caminho Suave. Disponível em: <http://jilocommiolo.blogspot.com/2009/02/um-caminho-suave.html>. Acesso: 15 jul. 2009

PAIXÃO, Fernando. **Cartilhas de Alfabetização.** Disponível: <http://secbahia.blogspot.com/2008/08/cartilhas-de-alfabetizacao.html>. Acesso 12 jan. 2009.

PASCHOAL, J. D. (Org.). **Trabalho Pedagógico na Educação Infantil**. 1. ed. Londrina: Humanidades, 2007.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. São Paulo: Scipione, 1996.

SACRISTÁN, Juan Gimeno. **O aluno como invenção**. São Paulo, SP: Morata, 2003.

SOUZA, Joanita. **Brincando com Ciências**: 1ª Série Ensino Fundamental. Disponível em: <http://joanita-souza.comprar-livro.com.br/livros/1851003219/>. Acesso em: 03 de mar. 2009.

SOUZA, Renata Junqueira; FILIPENKO, Margot. Incentivando o Letramento do Pré-Escolar: a função de pais e professores. In: GUIMARÃES, Célia Maria (org). **Perspectivas para a Educação Infantil**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2005.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n. 25, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 12 Abr 2008.

ZACHARIAS, Vera Lúcia Câmara. **Vygotsky e a Educação**. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/vygotsky.html>. Acesso em: 30 abr. 2009.

ZARGHA. **A Cartilha Caminho Suave**. Disponível em: www.arcadovelho.com.br/Cartilha/Suave.htm. Acesso em: 2 abr. 2009.

WEISZ, Telma. **Alfabetização, Educação Infantil e acesso à cultura escrita**: as possibilidades da escola de nove anos. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/>. Acesso em: 04 de fev. 2009.

WEISZ, Telma. **Alfabetização**: não há método milagroso. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=35416>. Acesso em: 07 de abr. de 2009.

WEISZ, Telma. **Não há método milagroso**. In: FOLHA OPINIÃO. Tendências e Debates. Disponível em (on-line) <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1802200609.htm>. Acesso em 19. fev. 2009.

APÉNDICES

APÊNDICE A

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
(Professora)**

Titulo do Projeto de Pesquisa

Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental de Nove Anos: um olhar a partir do Projeto Oficial

Prezado (a) Senhor (a), a pesquisa que estamos desenvolvendo é expressão do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta, além do **estudo teórico bibliográfico**, um **estudo de caso**, com a finalidade de desenvolver reflexões e análises sem intenções comparativas e ou de questionamento do trabalho docente e da própria instituição de ensino. Para a realização da pesquisa, conta-se com a entrevista semi-estruturada.

Contanto com sua autorização e compreensão sobre a importância dessas informações para o trabalho de pesquisa em questão, solicito sua possível aceitação em participar voluntariamente desta investigação, sendo que asseguramos que as observações, registros e perguntas feitas na entrevista não lhe causarão qualquer incômodo ou risco. Garantimos sigilo e privacidade, no caso de informação confidencial, e que as informações obtidas nas entrevistas, serão de uso exclusivo para a elaboração de uma parte da produção escrita do Trabalho de Conclusão de Curso.

Colocamo-nos à sua disposição para prestar esclarecimento e assistência, se necessário, durante a realização das entrevistas, nos endereços indicados neste termo.

Eu, _____
(*professor*), após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a Professora Mestre Marta Regina Furlan de Oliveira e a aluna Tania Paula Peralta, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE**, em participar do mesmo.

_____ Data: ____/____/____
Assinatura (do pesquisado) ou impressão datiloscópica

Eu, Profa. Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo, ao entrevistado.

_____ Data: ____/____/____
Assinatura Pesquisador Responsável

Eu, Tania Paula Peralta declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo, ao entrevistado.

_____ Data: ____/____/____
Assinatura do (a) Pesquisador(a)

Equipe:

Pesquisador Responsável: Marta R. Furlan de Oliveira – telefone (43) 3337-0769

Endereço: Rua Carlos Inácio Alves, 671 Vale do Cedro – Londrina/Pr

E-mail: mfurlan@uel.br

Pesquisador: Tania Paula Peralta – telefone (43) 3336-7558

Endereço: Rua João Alves Moreira, 40 Conj. Maria Cecília – Londrina/Pr

E-mail: tpperalta@gmail.com

APÊNDICE B

Roteiro de questões para entrevista semi-estrutura (Professora)

1. Qual sua leitura a respeito do novo projeto social – o ensino fundamental de 9 anos?
2. Como esse projeto chegou à escola e, como tem se constituído no trabalho direto com as crianças no 1º ano de nove?
3. Houve capacitação dos professores e adequação curricular?
4. Em se tratando do trabalho em sala de aula do 1º ano do ensino fundamental de nove, como você realiza metodologicamente suas propostas de ensino?
5. Como é organizado o planejamento de ensino? Existe interação entre os professores na elaboração do mesmo?
6. Como é trabalhado o processo de alfabetização e letramento na sala de 1º ano? Quais recursos didáticos e materiais de apoio utilizados?
7. Em sua opinião, qual a implicação dessa nova estratégia de ensino para o desenvolvimento das crianças? Como você vê a criança nesse processo?
8. Comentários da entrevistada se houver.